



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANDREIA PEREIRA DE ALBUQUERQUE

MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: uma análise da sua ação política na luta por direitos sociais

SOUSA – PB
2017

ANDREIA PEREIRA DE ALBUQUERQUE

MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: uma análise da sua ação política na luta por direitos sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães

ANDREIA PEREIRA DE ALBUQUERQUE

MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: uma análise da sua ação política na luta por direitos sociais

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Maria Clariça Ribeiro Guimarães
ORIENTADORA

Prof^a. Ma. Glauca Maria de Oliveira Carvalho
EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Tatiana Raulino de Sousa
EXAMINADORA

Dedico este trabalho aos meus pais, Adriana Timóteo e Francisco Alves, que com todo amor e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que iluminou o meu caminho e minha vida, me dando saúde e sabedoria para chegar até aqui, tornando possível a realização desse sonho.

A minha mãe, Adriana Timóteo Alves de Albuquerque, e ao meu pai Francisco Alves Pereira Sobrinho, pela ajuda e o incentivo a continuar nessa luta, e por todas as preocupações a mais nesses quatro anos de viagens de Cajazeiras a Sousa. Graças a vocês, tenho orgulho de ser a primeira filha a se formar em uma Universidade Pública Federal.

Aos meus irmãos, Alisson, Alex e Alexandre, e a minha irmã, Amanda por sempre ouvir minhas reclamações e me ajudar nos estudos e ensaios dos seminários.

As minhas amigas, Simone, Dayane, Estefane, Rosvânia, e ao meu amigo José Mario, companheiros de todas as manhãs. Pessoas incríveis e de coração enorme a qual eu tive o prazer de conhecer. Não tenho palavras para expressar o carinho que sinto por vocês. Sempre vou lembrar-me das nossas conversas nos corredores, os trabalhos em grupo, dos seminários, das risadas, do desespero nos dias de provas. Amigos que a universidade me deu e espero que continuemos juntos nessa nova caminhada que está por vir.

As amigas Joyce e Giselly que passaram a fazer parte do nosso grupo mais tarde, mas que não deixaram de ter importância pra mim. Espero levar a amizade de vocês para além dos muros da UFCG.

A minha orientadora Clariça Ribeiro por contribuir de forma significativa para a realização desse trabalho. Por toda a paciência que teve comigo. E por ter sido a responsável pelo meu interesse nos Movimentos Sociais ao ministrar a disciplina de mesmo nome lá no 4º período, e uma profissional em que eu posso me espelhar.

Ao curso de Serviço Social da UFCG e a todos os professores e professoras que fizeram parte dessa jornada e que com toda a sua carga teórico-metodológica auxiliaram na minha formação profissional, o meu muito obrigada.

Respeito

“É cultivar empatia dentro do próprio peito. É mapa que mostra limites. É saber que a sua palavra pesa. É não condenar a fé de quem reza. É não entortar o olhar pra roupa que ela quer vestir. Nem pra boca que ele quis beijar. É não apontar o dedo. É não fazer o outro viver com medo. É um valor em extinção (que ainda pode ser salvo). É não duvidar de quando ela diz ‘não’. Aceita. Respeita”.

João Doederlein

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisa a organização política do Movimento LGBT brasileiro como principal mecanismo de luta para a formulação e a efetivação de direitos sociais e na promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgenêneros. Para tanto, buscou-se identificar o processo histórico de construção do movimento LGBT no Brasil, os desdobramentos causados pelos desafios que se apresentam, e quais são as frentes de luta empreendidas para ultrapassar as barreiras do preconceito e da opressão vividos cotidianamente. A temática abordada foi definida pela vontade pessoal de debater sobre os movimentos sociais, e considerando ser o Movimento LGBT um tema pouco debatido em todas as áreas da vida social, bem como pela escassa referência teórica. Destarte, a pesquisa apresentada neste trabalho é de caráter essencialmente qualitativo, bibliográfico e documental, a partir de fontes de livros, artigos científicos, documentos, notas públicas e notícias de sites e blogs oficiais, que foram analisados possibilitando explorar o conjunto de opiniões do problema a ser investigado. Percebeu-se que o movimento LGBT apesar de algumas conquistas ainda enfrenta muitos obstáculos, mas está longe de desistir da luta para garantir seus direitos, devendo se articular com outros movimentos sociais que também buscam uma sociedade livre da opressão e exploração. O método de análise refere-se ao crítico dialético, utilizado pelo Serviço Social desde o seu processo de renovação, que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos, as relações sociais de produção e dominação, e as contradições sociais existentes, compreendendo a realidade na sua totalidade e complexidade.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Neoliberalismo. Heteronormatividade. Movimento LGBT.

ABSTRACT

The present Conclusion of the Course (TCC) analyzes the political organization of the Brazilian LGBT Movement as the main mechanism for the formulation and implementation of social rights and the promotion of the citizenship of lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual and transgender people. In order to do so, we sought to identify the historical process of building the LGBT movement in Brazil, the developments caused by the challenges, and what are the fronts of struggle undertaken to overcome the barriers of prejudice and oppression experienced daily. The theme was defined by the personal desire to debate about social movements, and considering that the LGBT Movement is a not much debated issue in all areas of social life, as well as the scarce theoretical reference. So, the research presented in this study is of character essentially qualitative, bibliographic and documentary, from sources of books, scientific articles, documents, public notes and news from official websites and blogs, which was analyzed to explore the set of opinions of the problem to be investigated. It has been realized that the LGBT movement despite some achievements still faces many obstacles, but it is far from giving up the struggle to guarantee their rights, and must articulate with other social movements that also seek a society free of oppression and exploitation. The method of analysis refers to the dialectical critic, used by the Social Service since its renewal process, which considers the historicity of social processes and concepts, the production's socioeconomic conditions of phenomena, social relations of production and domination, and the existing social contradictions, understanding reality in its totality and complexity.

Keywords: Social Movements; Neoliberalism; Heteronormativity; LGBT Movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas

ABRAGAY – Associação Brasileira de Gays

ANTRA – Articulação Nacional de Travestis, Transexuais, e Transgêneros

ARTGAY – Articulação Brasileira de Gays

CANDACE – Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas

CBB – Coletivo Brasileiro de Bissexuais

CCJS – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNT – Coletivo Nacional de Travestis

COB – Confederação Operária Brasileira

CONABGLT – Congresso Nacional da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

GGB – Grupo Gay da Bahia

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

GLT – Gays, Lésbicas e Travestis

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica Previdenciária

LBL – Liga Brasileira de Lésbicas

LF – Grupo Lésbico-Feminista

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MUT – Movimento Unificado dos Trabalhadores

NMS – Novos Movimentos Sociais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PT – Partido dos Trabalhadores

SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas

SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DESAFIOS NA LUTA POR DIREITOS	15
1.1 A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL	15
1.2 O DEBATE ACERCA DOS CHAMADOS “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS”	22
1.3 LUTA DE CLASSES E A QUESTÃO DE GÊNERO.....	30
1.4 OFENSIVA NEOLIBERAL E OS DESAFIOS IMPOSTOS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	34
2 MOVIMENTO LGBT: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania	42
2.1 O DEBATE SOBRE PATRIARCADO, HETERONORMATIVIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	42
2.2 MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: organização e trajetória de lutas.....	48
2.3 CONQUISTAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado teve como finalidade analisar a organização política do Movimento LGBT brasileiro como principal mecanismo de luta para a formulação e a efetivação de direitos sociais e pela livre expressão e orientação sexual.

Constituindo uma das principais formas de mobilização coletiva na cena contemporânea, os movimentos sociais sinalizam transformações no campo da luta contra a política neoliberal e imperialista, num contexto em que a implantação dessas políticas faz com que a luta pela ampliação dos direitos encontrem impedimentos estruturais, com o desmonte dos direitos conquistados ao longo do século passado, com as organizações sindicais e trabalhistas enfraquecidas, e com o desvirtuamento das lutas pela manipulação da opinião pública.

No que diz respeito à sexualidade, são impostos padrões considerados “normais” pela sociedade e que devem ser seguidos. Uma separação colocada desde a infância, onde meninos e meninas devem seguir certo tipo de comportamento, se constituindo assim uma das primeiras formas da imposição da heteronormatividade. São padrões que acabam colocando limites para a liberdade do outro de expressar a sua sexualidade, estabelecendo um modo único de relacionamento para todos os indivíduos. Dando origem ao preconceito e discriminações que vivenciam por não serem heterossexuais, e principalmente instituições como a escola, a família, e a mídia disseminam essa cultura.

O sistema patriarcal determina umas das formas de opressão e exploração sobre as mulheres, assim como constitui o regime da heterossexualidade, que se sustenta na família monogâmica, no controle sobre os corpos e na vida das mulheres, relações de dominação e exploração, todos relacionados à heterossexualidade normativa, adquirindo o sentido da intolerância, da opressão, do machismo, e do não reconhecimento da liberdade. Assim sendo, o movimento LGBT - tal como o feminista - luta contra esse sistema, com o propósito de combater todas as formas de opressão, dominação, violências, e a busca pela conquista da liberdade de expressão.

Nos últimos tempos o movimento LGBT tem ganhado maior visibilidade, com as Paradas do Orgulho LGBT (uma das maiores manifestações do país), com a aprovação de alguns Projetos de Lei (PLC 122/2006 e a Resolução n. 175/2013), e

com as maiores representações nacionais no que diz respeito à luta pela causa dos seguimentos LGBT, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), tidas como referências na estruturação do movimento LGBT no Brasil. Há muito que ser feito e debatido a respeito da sexualidade, da violação dos direitos, da opressão dos seguimentos LGBT que ainda aparecem tão naturalizadas na sociedade.

Portanto, o debate sobre essas categorias faz-se importante, considerando a temática sobre movimentos sociais, em especial o movimento LGBT, e ressaltando a importância dos movimentos como um todo para o Serviço Social, visto a sua relação intrínseca com as lutas sociais.

Relação esta que se expressa na Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética¹, estabelecendo como uma das competências e direitos do assistente social a prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais com relação às políticas sociais, no exercício, na defesa e no acesso dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade, bem como apoiar e participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, respeitando a autonomia dos movimentos e das organizações trabalhistas.

E o fortalecimento do projeto profissional, no compromisso das entidades representativas, como o CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social)², ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social) na luta contra todos os tipos de discriminação, contra o racismo, a homofobia, o patriarcado e no reconhecimento dos direitos das mulheres, da população LGBT, etc.

¹ Entre os princípios fundamentais do Código de Ética, destaca-se o princípio VI: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”; o princípio VIII: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”; além do princípio XI: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”.

² Com a criação das Resoluções do CFESS nº 489/2006, que “estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social”; e a Resolução nº 615/2011, que “dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional”; além da campanha “O amor fala todas as línguas” realizada pelo CFESS, pela livre orientação e expressão sexual.

Tendo em vista que estamos inseridos na relação antagônica entre capital e trabalho e, enquanto assistentes sociais, compreendendo a realidade em sua totalidade, para além do imediato, no intuito de superar as desigualdades sociais historicamente determinadas, com direção claramente definida e compromisso na defesa dos interesses e necessidades das classes subalternas e de seus movimentos e organizações.

A aproximação com a temática se deu a partir do conhecimento do movimento LGBT na cidade de Cajazeiras – PB, e pela vontade pessoal de debater sobre os movimentos sociais, considerando ser esse um tema pouco debatido em todas as áreas da vida social, bem como pela escassa referência teórica.

À vista disso, a pesquisa apresentada neste TCC é de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, a partir de fontes de livros, como as obras de Cisne, Duriguetto, Facchini, Okita etc., artigos científicos, documentos, leis, notas públicas e notícias de sites e blogs oficiais das organizações, que foram analisados possibilitando explorar o conjunto de opiniões do problema a ser investigado.

O método de análise refere-se ao crítico dialético, utilizado pelo Serviço Social desde o seu processo de renovação, que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos, as relações sociais de produção e dominação, e as contradições sociais existentes, compreendendo a realidade na sua totalidade e complexidade.

Assim, o trabalho está estruturado em dois capítulos, dos quais: O primeiro capítulo traça um percurso histórico dos Movimentos Sociais no Brasil, bem como o debate sobre os chamados “Novos Movimentos Sociais”, além de tratar as questões de gênero dentro das lutas sociais, e quais os desafios impostos às organizações em um contexto de políticas de ajuste neoliberal.

O segundo capítulo discorre sobre como o patriarcado e a heteronormatividade colocam limites para a liberdade de orientação sexual dos sujeitos, além de fazer um balanço sócio-histórico do movimento LGBT brasileiro, destacando as duas principais entidades no que diz respeito à luta por direitos dos segmentos LGBT, e quais as principais conquistas esse movimento vem alcançando bem como as dificuldades ainda postas.

Por fim, foram apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas para a realização deste trabalho.

É importante destacar que a análise apresentada aqui se configura como relevante para a categoria profissional, bem como para os/as estudantes e demais interessados/as no assunto, visto o frágil debate que paira sobre o movimento LGBT. Daí a necessidade de incorporar essa luta no cotidiano, não só de pessoas tidas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, mas de todos aqueles que almejam uma sociedade livre de qualquer tipo de opressão, exploração e preconceitos.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DESAFIOS NA LUTA POR DIREITOS

1.1 A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

O início da Revolução Industrial na Europa no século XVIII e o desenvolvimento de novas formas de produção e de organização do trabalho marcam a passagem da manufatura para a indústria, e os trabalhadores passam a concentrar-se em um mesmo espaço produtivo. Ocorre a generalização do trabalho assalariado, novas e diversas formas de exploração e a concentração do capital nas mãos dos detentores dos meios de produção.

Com as altas jornadas de trabalho – chegando a atingir até 16 horas por dia -, a exploração do trabalho de mulheres e crianças, e nenhuma condição de salubridade nos postos de trabalho e em seus lares, os trabalhadores, para responder a essas situações, passam a criar diferentes formas de organização e lutas.

Entre essas primeiras organizações destaca-se o *Ludismo*, movimento em que os operários passaram a destruir as máquinas devido ao grande número de desemprego oriundo da intensificação e desenvolvimento das forças produtivas; as *Trade-unions*, que deflagravam greve quando os capitalistas não aceitavam suas reivindicações; e o movimento *Cartista*, o primeiro com real direção política dos trabalhadores, que lutavam pelo direito ao voto e pela construção de uma “Carta Constitucional”, reivindicando direitos trabalhistas (DURIGUETTO *et al.*, 2011).

Com a emergência do movimento operário no cenário político, a “questão social³”, vista pelo Estado como caso de polícia, como ameaça que a luta de classes representa à ordem instituída, é sinalizada como um problema público e político⁴.

³ Considera-se como “questão social”, “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 77).

⁴ De acordo com Iamamoto (2001, p. 17, grifo da autora), “atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento *processo de criminalização* que atinge as classes subalternas. Recicla-se a noção de ‘classes perigosas’, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de *naturalizar* a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em *objeto de programas assistenciais focalizados de ‘combate a pobreza’* ou em *expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais*. Evoca o passado, quando era concebida como caso

Como afirma Bispo (2009, p. 2), “quando os trabalhadores tomam a iniciativa de reagir às condições de vida geradas a partir do pauperismo surge a denominada questão social como fenômeno do industrialismo nascente no século XIX”.

De acordo com Duriguetto *et al.* (2009), a emergência e o desenvolvimento dos movimentos sociais, que expressam os interesses das classes subalternas, refletem o desenvolvimento sociopolítico das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializa na chamada “questão social”, ou seja, quando a massa trabalhadora percebe a situação em que se encontra e reage a ela organizando-se enquanto classe em torno de interesses comuns, esse fenômeno denominado “questão social” adquire sentido político.

Porém, a resposta dada à “questão social” nesse período foi principalmente repressiva e incorporou meramente algumas demandas da classe trabalhadora, transformando suas reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tênues e parciais nas condições de vida, e não atingiam de fato o cerne da “questão social”.

Duriguetto *et al.* (2011), destaca que para Marx foram as revoluções que ocorreram entre 1830 e 1884 que representaram a tomada de consciência do proletariado, a passagem da *classe em si* para a *classe para si*⁵, tornando-se sujeito autônomo, consciente de seus interesses e do seu antagonismo ao capital, organizando-se para as lutas de classes, e reivindicando seu projeto sociopolítico em contraposição a burguesia.

Ao se relacionarem entre si e constituírem grupos, seja na vida cotidiana, nos postos de trabalho ou outros espaços coletivos, os indivíduos percebem a identidade de suas situações. A situação vista como individual passa agora a ser coletiva. E ao perceberem as semelhanças em que se encontram, os indivíduos podem desenvolver uma identidade e uma consciência reivindicatória (DURIGUETTO *et al.*, 2011). É a partir dessa tomada de consciência que os sujeitos se identificam como parte de uma mesma classe, buscando se organizar para a luta e a defesa dos seus interesses em comum.

de polícia ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operaria e outros segmentos trabalhadores”.

⁵ A *classe em si* retrata a mera existência de uma classe, isto é, constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independente de sua consciência ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras. Já a *classe para si* caracteriza outra dimensão da constituição e da análise da classe. Assim, conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses, se organiza para a luta na defesa destes (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 97).

É, portanto, no período da República Velha, entre 1889 e 1930, que se constitui o movimento operário e da classe trabalhadora no Brasil – muito em razão da vinda de operários imigrantes europeus, que já haviam tido contato com as lutas operárias em seus países. Percebendo a influência que tinham sobre os trabalhadores brasileiros, os governos oligárquicos criaram leis que repreendiam as atividades político-sindicais e a expulsão dos trabalhadores imigrantes quando ameaçassem a “segurança nacional”.

Contudo, o que se via era “o desenvolvimento crescente da organização dos trabalhadores e a realização de centenas de greves entre o começo do século e o ano de 1920” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 234). Lutas que advinham das péssimas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, bem como das altas jornadas, falta de condições mínimas de trabalho e moradia, aposentadoria, férias e salário mínimo, e essa inexistência de direitos mínimos acabava refletindo nas reivindicações da classe operária.

Pode-se dizer, portanto, que é no final do século XIX que surgem os movimentos sociais na história brasileira de forma mais abrangente com a aglutinação de forças sociais, às vezes com interesses discrepantes, mas em torno de uma luta comum.

As principais formas de organização no Brasil foram as *Associações de Socorro e Auxílio Mútuo* e as *Ligas Operárias* que possuíam caráter assistencialista e tinham como objetivo auxiliar os associados em casos de doença, invalidez, desemprego, entre outras coisas.

A criação da *Confederação Operária Brasileira (COB)* foi a primeira tentativa de construção de uma central sindical. A COB liderou lutas importantes, e entre as pautas das lutas sindicais estavam “jornada de trabalho de oito horas, melhorias salariais, férias, seguro contra acidente de trabalho, proibição do trabalho infantil, regularização do trabalho de mulheres e menores de idade [...]” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 235). Visto que o final do século XIX foi um período de grande efervescência política, caracterizado pela realização de inúmeras greves, algumas assumindo proporções grandiosas, como a Greve Geral de 1917, considerada uma das maiores manifestações trabalhistas da República Velha.

As organizações sindicais trabalhistas brasileiras tiveram influência de três correntes políticas. Dentre elas destaca-se o *anarcossindicalismo*, hegemônica entre as organizações e a liderança mais significativa do movimento operário brasileiro,

defendia a idéia de que os sindicatos eram órgãos revolucionários e que somente a luta desenvolvida dentro das fábricas levaria ao caminho para a revolução; os *reformistas* que rejeitavam essa idéia e acreditavam que a transformação da sociedade viria através da conquista de direitos obtidos pela pressão sobre o Estado; e os *sindicatos amarelos* que defendiam a conciliação entre capital e trabalho.

É a partir de 1930 que se intensifica o controle do movimento operário, com a criação do Ministério do Trabalho, incorporando os sindicatos no aparelho estatal e formulando uma política que os definia como órgãos de cooperação e colaboração com o Estado, em outras palavras, foi elaborada uma política sindical com o objetivo de conter a classe operária dentro dos limites do Estado (DURIGUETTO *et al.*, 2011).

O marco dessa política foi a criação da Lei de Sindicalização em 1931, que estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, proibindo assim, atividades políticas, negando o direito de sindicalização dos funcionários públicos e limitando a participação dos estrangeiros nos sindicatos. Um verdadeiro processo de cooptação do Estado em relação às organizações sindicais.

A repressão da ação política, a proibição à luta dos trabalhadores e aos sindicatos autônomos, transformaram as organizações sindicais de espaços de luta em espaços que buscavam favores e recursos junto à burocracia estatal. Apesar da repressão, os setores mais combativos da classe trabalhadora não pararam de lutar, e com o fim do Estado Novo (1945) ⁶, as lutas por aumentos salariais e liberdade de organização sindical continuaram (DURIGUETTO *et al.*, 2011). E nesse mesmo ano é criado o *Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT)* como uma tentativa de constituir uma central sindical que se opusesse ao sindicalismo oficial e sua estrutura vertical.

Com as inúmeras e intensas manifestações e greves feitas pela massa da classe trabalhadora no meio urbano e rural, foram criadas estratégias para amenizar as mobilizações. O principal obstáculo para a organização dos trabalhadores se deu com a implementação da autocracia burguesa.

⁶ O Estado Novo foi instituído no Brasil em 1937, pelo então Presidente Getúlio Vargas. Foi um período que ficou marcado pelas intensas repressões às manifestações políticas e sociais, o controle e a cooptação de dirigentes sindicais e trabalhadores combativos.

A repressão desencadeada pela ditadura militar em 1964 teve como principal alvo o movimento operário e as lutas camponesas. Criaram-se legislações de controle de greves e de controle dos índices dos reajustes salariais, conhecido como a política do arrocho salarial, decretos de leis que planejava transformar os sindicatos em centros de recriação e local de prestação de serviços assistenciais. Porém, apesar da violenta repressão sofrida ocorreram greves importantes.

Essas ofensivas, entretanto, não significaram o completo arrefecimento das lutas dos trabalhadores nas entidades sindicais. De forma muitas vezes clandestina, os trabalhadores organizaram-se nos locais de trabalho promovendo operações-tartaruga⁷ e diversos movimentos grevistas de pequena duração (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 240).

No final dos anos 1970 surge o chamado “novo sindicalismo”, onde os sindicatos retomam seus processos de publicização de suas demandas e de suas lutas. Formam-se então duas tendências do movimento sindical, os *sindicalistas autênticos* que “combatiam a estrutura sindical oficial e a construção de um sindicalismo independente, de classe, de base e democrático e criticavam o caráter explorador do sistema capitalista”, e os da *unidade sindical* ou *reformistas* que “defendiam a política de conciliação de classes predominante no sindicalismo vigente para se chegar a um pacto social” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 241-242). A junção dessas duas tendências é o que irá dar base para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

O proletariado avançava na compreensão que precisa desatar lutas políticas e ideológicas, não se restringir às lutas de caráter econômico, constituir um partido político independente das demais classes e desenvolver uma política própria em relação as demais classes da sociedade e do Estado e preparar as condições para a conquista do poder pelos operários e camponeses (LIGA OPERÁRIA, 2017, s/p).

O PT teve sua base constituída por militantes do “novo sindicalismo”, dos movimentos associativos populares urbanos e rurais, intelectuais de esquerda e ex-militantes de organização de esquerda clandestinas.

⁷ É a diminuição premeditada do ritmo de trabalho. Nas fábricas, por exemplo, os operários fazem operação-tartaruga para pressionarem o gerente por um aumento de salário.

Passou a representar um instrumento político dos interesses da classe trabalhadora, sendo referência central para um projeto de transformação da sociedade, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criada em 1983, que tem sua origem baseada num sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado, constituindo-se como referência para a organização e as lutas da classe trabalhadora, pelo papel que desempenhava em fomentar e induzir jornadas de luta, mobilizações e greves gerais e por estar presente em todas as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores da cidade e do campo.

O movimento sindical urbano e rural marcou a década de 1980, onde ocorreram grandes mobilizações e greves iniciadas por diversos segmentos da classe trabalhadora, como os operários industriais, os funcionários públicos etc., até o surgimento de greves nacionais, como a de 1989 que constituiu a mais ampla e abrangente greve geral do país.

Como dito anteriormente, apesar da repressão sofrida pelo regime ditatorial, com a proibição de greves e o fechamento de sindicatos, a classe trabalhadora realizou várias ações e manifestações de protesto e pressão pelo fim da ditadura militar. Exemplo disto é a manifestação que ocorreu em junho de 1968, onde estudantes, artistas, e ativistas políticos ocuparam as ruas do Rio de Janeiro na *Passeata dos Cem Mil*, reivindicando o fim da ditadura e a redemocratização do país, sendo conhecida como a maior mobilização popular contra a ditadura militar. Nesse mesmo ano acontecem as greves dos metalúrgicos de Contagem (MG), e de Osasco (SP), mas que foi decretada ilegal e derrotada pela repressão militar (DURIGUETTO *et al.*, 2011).

Na segunda metade dos anos 1970 ocorreram inúmeras ações de contestação e protesto nas grandes cidades brasileiras, greves, passeatas, abaixo-assinados realizadas por organizações estudantis, populares e operárias, e que contaram com a participação das camadas médias urbanas, intelectuais e artistas, que mesmo tendo uma diversidade de interesse e reivindicações, possuíam algo em comum: “a luta pelas liberdades democráticas”.

As mobilizações pela redemocratização que confluíram nas ‘Diretas Já’ constituíram o maior movimento de massa que o Brasil já teve. De fevereiro a abril de 1984 milhares de pessoas se mobilizaram e compareceram às passeatas e aos comícios organizados por comissões suprapartidárias, objetivando restabelecer a democracia

no país por meio de eleições diretas para Presidente da República (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 274).

A década de 1970 e início da década de 1980, assim sendo, foi marcada pelo reaparecimento dos movimentos sociais no cenário político brasileiro. Foi uma década de destaque para as mobilizações sociais democráticas e populares, que se constitui como um período de redemocratização e de ruptura com o regime autocrático burguês assentado pela ditadura militar de 1964.

Para Guimarães (2011), a segunda metade da década de 1980 se destacou como a fase institucional da participação popular. O Brasil vivia um quadro de consolidação democrática, com as eleições diretas para presidente da República, na qual os movimentos sociais aproximaram-se dos aparatos político-institucionais. Vale ressaltar os esforços realizados no processo de construção da Constituição Federal de 1988 em matéria de mobilizações e de movimentos de pressão popular para inscrever os direitos sociais, políticos e trabalhistas que foram negados durante a ditadura militar.

No decurso da década surgem diversos movimentos e organizações de luta objetivando a ampliação dos direitos de cidadania, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua que lutava pelos direitos de cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem sua trajetória ampliada, por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais, se configurando como um dos movimentos sociais de maior expressão no Brasil; o Movimento Negro também ganha maior notoriedade, tendo algumas de suas reivindicações incorporadas na Carta Constitucional de 1988.

A expansão dos movimentos sociais brasileiros se dá em um contexto de transformação da economia e da exclusão da participação das classes subalternas no cenário político. Logo, surge no país uma diversidade de movimentos sociais no final do século XX e início do século XXI.

No cenário atual existe uma gama de organizações e movimentos sociais que tem suas ações voltadas para variados temas e questões. Dentre os principais destacam-se o *movimento feminista*, tendo suas lutas efetivadas no início do século XX, quando mulheres trabalhadoras participam dos movimentos operários e das greves por melhores condições de trabalho e diminuição da jornada. Mais tarde suas lutas expandem-se para bandeiras propriamente feministas, como é o caso da luta por autonomia sobre o corpo, pelo direito ao aborto legal e seguro, e contra todas as

formas de violência e exploração (DURIGUETTO *et al.*, 2011). O *movimento estudantil*, cujas lutas mais expressivas acontecem em 1937 com a criação da União Nacional de Estudantes (UNE), tornando-se a entidade máxima de representação estudantil. Participando de lutas importantes no cenário político brasileiro, como as mobilizações contra o Estado Novo, além de lutas específicas, como a defesa da universidade pública e de qualidade (DURIGUETTO *et al.*, 2011), e o *movimento pela liberdade de orientação sexual*, que será discutido no capítulo dois de forma mais abrangente.

Esses movimentos são considerados por alguns autores como *Novos Movimentos Sociais*. Vejamos o contexto de surgimento dos mesmos, particularmente no caso brasileiro, bem como as contradições e polêmicas que existem em torno do debate desses movimentos.

1.2.0 DEBATE ACERCA DOS CHAMADOS “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS”

Em meados do século XX surgem os chamados “*Novos Movimentos Sociais (NMS)*”, para designar os movimentos, que são tidos como um complemento das lutas dos movimentos clássicos (como os movimentos sindicais e trabalhistas que tem suas lutas diretamente ligadas à contradição capital/trabalho), e também são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais.

E embora se utilize o termo “novo” há a discussão sobre se esses movimentos sociais são realmente novos, se são apenas complementos, e principalmente se suas lutas não possuem nenhuma relação com a contradição capital-trabalho. O surgimento desses movimentos ocorre num contexto em que o mundo, e particularmente a América Latina passava por uma fase de expansão capitalista mundial e a Guerra Fria. É um cenário marcado pela divisão do mundo em dois blocos: o socialista e o capitalista.

Os acontecimentos históricos ocorridos no século XX, como a “*desestalinização reivindicada pelo campo socialista; a dominação do movimento da classe trabalhadora ocidental por organizações e ideologias ligadas à social-democracia e a eclosão dos movimentos de Maio de 1968*” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 263), dão início a uma nova fase para os movimentos revolucionários, e um de seus elementos é o debate sobre os chamados “*Novos Movimentos Sociais*”.

Antes de adentrar nesse debate é necessário entender o conceito de Movimentos Sociais. Para Craveiro e Hamdan (2015), o conceito de movimentos sociais surgiu pela primeira vez em meados do século XIX e foi denominado para designar o movimento que envolvia a classe trabalhadora, tendo sua base na relação contraditória entre capital/trabalho.

Para Guimarães (2011, p. 22), os movimentos sociais seriam entendidos como “um dos sujeitos coletivos presentes na arena política e com forte potencial de mobilização e articulação da classe trabalhadora, na luta pela hegemonia de um projeto societário anticapitalista”, ainda que reconhecendo as dificuldades e limites presentes em seus processos de organização.

Para Gohn (1995)⁸, o movimento social se caracteriza por meio da “união de um grupo de pessoas que possui um objetivo em comum, tendo enquanto base os valores políticos e culturais dos seus participantes, que possibilita a criação de uma identidade comum ao movimento”. Pode ser constituído por diversas classes sociais, isto é, não é necessariamente baseado na relação contraditória entre capital/trabalho.

Na América Latina, os “NMS” ganham força ao longo dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando passa a emergir alternativas às lutas sindicais. Esses “NMS” buscam muito mais mudanças culturais do que mudanças revolucionárias - ainda que existam aqueles movimentos que buscam essa articulação, como é o caso dos movimentos feministas.

É nesse período e nesse contexto que eclodiu o aparecimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, como o movimento mundial de protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o Maio de 1968, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, entre outros (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 265).

O debate europeu sobre os NMS traz três linhas teóricas de análise: a teoria *acionalista*, *pós-moderna*, e um terceiro grupo composto por segmentos *marxistas* e *comunistas*.

As análises dos pensadores *acionistas* têm como referência o Maio Francês, as lutas e revoltas de estudantes e de outros grupos sociais, organizados e sem a dependência do Estado, de partidos ou sindicatos. Rejeitavam e se

⁸ Trecho extraído da obra de Craveiro; Hamdan (2015, p. 3).

distanciavam dos processos vinculados ao bloco capitalista e ao bloco socialista. Portanto, defendiam uma mudança geral, partindo de ações locais e cotidianas, que não fosse ligada ao Estado, aos partidos políticos e a contradição capital/trabalho.

[...] é premissa do pensamento 'acionalista' a separação dos 'NMS' tanto da esfera econômico-produtiva, como da política, seja estatal ou partidária. Dessa forma, eles conferem reduzida importância ao papel das contradições estruturais para explicar a emergência dos novos movimentos sociais, assim como sua ação política (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 313-314).

Desse modo, os NMS para os acionistas não tem como foco de ação o conflito entre capital/trabalho, nem o fim do capitalismo. Suas ações dependem menos de condições estruturais, do que da existência de um conflito e da participação social em torno deste, ou seja, o ator do conflito seria o próprio movimento social e não as classes sociais e nem o Estado.

Touraine⁹, um dos autores do pensamento acionista, institui o contexto dos anos 1960 e 1970 como uma sociedade *pós-industrial* e, portanto, o século XIX se caracteriza pela contradição entre capital/trabalho, estabelecendo os conflitos de classe como mecanismos de transformação social, e segundo o autor, no século XX essa centralidade já não existiria, e os conflitos de classe não mais teriam capacidade de mudar a história (DURIGUETTO *et al.*, 2011).

Para o autor há novas formas de conflito social expressas no NMS que não necessariamente se fundam na contradição capital/trabalho, e nem passam pelas organizações sindicais ou partidárias. Os NMS não são forças de transformação social, dirigem suas ações no intuito de questionar e mudar as normas culturais da sociedade, as diferentes formas de opressão e exploração, e não necessariamente a opressão originária da propriedade privada dos meios de produção, o Estado ou o mercado.

Ainda aponta que dificilmente os NMS poderiam desenvolver ações articuladas com outros movimentos e organizações, pois não reconheceriam o que os uniria em termos de campo de ação, e completa ao dizer que, os NMS tendem a desenvolver ações fragmentadas, sem coordenação e estratégias políticas definidas,

⁹ Alan Touraine (1925), sociólogo francês conhecido por suas obras dedicadas a sociologia do trabalho e dos movimentos sociais.

o que dificultaria a articulação sócio-política por parte dos movimentos (Duriguetto *et al.*, 2011).

As premissas teóricas do pensamento *pós-moderno* se constituem em um amplo conjunto de tendências de diferentes matrizes ideopolíticas, que vão de perspectivas neoconservadoras a perspectivas de esquerda. Boaventura de Sousa Santos (1940) seria um dos mais fortes defensores dos NMS. Nessa perspectiva destacam-se dois tópicos que amparam as teorizações pós-modernas acerca da ação social nos NMS.

O primeiro tópico diz respeito à *defesa da crise da razão moderna e a rejeição do conhecimento totalizante*. Para os pós-modernos, a realidade seria “um todo fragmentado, marcado pela efemeridade e pela indeterminação” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 318). Rejeitando desse modo a idéia de que a realidade é um todo complexo e contraditório, porém suscetível de ser apreendido, problematizado e transformado, como concebe a *razão moderna*. Logo, o real não seria explicado em sua totalidade, mas sendo possível compreender apenas partes fragmentadas e de forma isolada.

O segundo tópico refere-se à *política dos novos movimentos sociais*. Os pós-modernos argumentam que as sociedades contemporâneas não mais possibilitariam a formação de uma identidade de classe, que instigaram os movimentos sociais do século XIX e XX. “A maior novidade dos NMSs é que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo” (SANTOS *apud* RIBEIRO, 2014, p.111).

Para Duriguetto *et al.* (2011), no que diz respeito à regulação social capitalista, Santos evidencia que a ação política dos NMS é a de abandonar os referenciais da noção de direitos que fundamentam a construção da cidadania nos regimes de *Welfare State*. Para Santos, os NMS propõem a construção de uma nova sociabilidade fundada na reação contra toda e qualquer forma de universalização de direitos, “uma vez que a universalidade anularia e negaria as diferenças e as particularidades dos inúmeros ‘grupos’ sociais”, fazendo com que perdessem suas identidades.

No embate com o marxismo e sua idéia de emancipação, Santos defende a noção de novas formas de opressão contra as quais os NMS lutam (machismo, homofobia, racismo, poluição etc.), sendo para ele questões que não podem ser explicadas pelas relações de produção, e que não atingem apenas uma classe, e

sim grupos sociais transclassistas e até mesmo a sociedade no seu todo (DURIGUETTO *et al.*, 2011).

É partindo desse entendimento que Boaventura de Sousa Santos (1940) aborda os NMS. Inicialmente diferencia a base social dos NMS nos países centrais e periféricos. Para o autor, nos países centrais, os NMS se formariam pela expansão da nova “classe média”, como os movimentos ecológicos, feministas etc., já nos países periféricos, com ênfase na América Latina, esses se formariam como “movimentos populares”, como os movimentos dos trabalhadores sem terra, o novo sindicalismo, movimento de jovens etc.

Duriguetto *et al.* (2011) ressalta que Santos ainda divide claramente os “novos” movimentos sociais dos “velhos”. Para ele os NMS seriam de reivindicação pós-materialista, culturais, e pela democracia participativa, possuindo ações diferentes dos “velhos” movimentos sociais, que ligados a sindicatos e partidos políticos, seriam de reivindicação materialista e de embate ao Estado e pela democracia representativa.

Partindo dessa análise a autora questiona as interpretações de Santos sobre os NMS quando afirma que esses movimentos estariam teórica e politicamente no meio caminho entre capitalismo e socialismo, e supõe ser essa afirmação apenas expressão daquilo que o autor deseja atribuir ao seu objeto. E continua sua crítica ao alegar que,

em segundo lugar, o autor pós-moderno [...] retira da guerra, da poluição, do racismo, do produtivismo, ou seja, das manifestações da ‘questão social’, que golpeiam diretamente a população e em tono das quais se organizam em movimentos, os fundamentos sociais do modo de produção capitalista. [...] Em terceiro lugar, Boaventura afirma, como constatação geral, que caracteriza todos do ‘NMS’, que estes lutam por questões culturais e de qualidade de vida, mais que pelo bem estar e a riqueza. Novamente uma imputação de desejo ao movimento da realidade: será que os movimentos cooperativistas, por habitação, pela defesa do meio ambiente, as organizações comunitárias de defesa e pressão pelas questões do bairro etc. não se fundamentam na defesa do bem-estar e de uma menor desigualdade na distribuição da riqueza social? [...] Em quarto lugar, será que a forma como se descansa e vive não tem, conforme afirma nosso autor, nada a ver com as condições de vida, fortemente condicionadas ou determinadas pela forma e tipo de inserção no processo de produção e distribuição da riqueza? Finalmente, ao afirmar que essas forças de opressão atingem ‘a sociedade no seu todo’, o autor ignora que os desabamentos de casas nas chuvas, os alagamentos, as crises econômicas, a poluição, e inclusive as

diversas formas de segregação sexual, racial etc., não atingem *igualmente* toda a população, mas a população trabalhadora, de baixa renda (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 321-322).

Santos, não propõe essa ampliação das lutas de classes com outras formas de opressão, mas propõe a substituição delas. Em vista disso, na análise desse autor, as lutas perdem o seu caráter emancipador, podendo realizar seus objetivos dentro do sistema vigente, perpetuando assim, a exploração, a desigualdade, a alienação e a opressão, fazendo com que a emancipação se torne apenas uma palavra não tendo qualquer significado.

Duriguetto *et al.* (2011), finaliza suas análises ao mostrar que para os pós-modernos os NMS não mais se baseiam em uma identidade de classe e nem na luta contra a exploração. O que mobilizaria suas ações seriam a luta cotidiana contra as diversas opressões sofridas, além da luta conjunta contra certos fenômenos.

O contexto histórico das análises *marxistas* sobre os movimentos sociais durante os anos 1960 e 1970 são exatamente os mesmos que dos acionalistas. O que muda nessa análise é a questão de alguns aspectos desse período serem priorizados e a forma como são interpretados, isto é, os novos conflitos e suas novas formas de organização, bem como a crise do capital, são desse ponto de vista, novas e diversas formas de manifestações que se fundam na contradição capital/trabalho, fundamento da “questão social” que se expressa nas mais variadas formas (pobreza, desemprego, questões de gênero, discriminação racial etc.).

No pensamento marxista, portanto, a centralidade econômico-produtiva não desvanece com as mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo. Assim, o Estado, a sociedade civil e o mercado estariam na mesma realidade social e histórica, todas consideradas espaços de lutas e demandas sociais, aptos de conflitos e disputas. Os movimentos sociais podem se desenvolver em espaços organizados, em torno de suas demandas, mas isso não retira o fato de que possuem vinculação com a forma dada a produção e distribuição de riqueza no capitalismo.

Nessa perspectiva, movimento social não pode “ser pensado e compreendido de forma desvinculada da produção e do consumo, das esferas política e econômica, e do Estado e do mercado” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 324).

A produção teórica brasileira sobre os chamados “NMS” foi, sobretudo marcada pela apropriação dos paradigmas europeus, em suas três vertentes: a acionalista, a pós-moderna e a marxista.

Para Duriguetto *et al.* (2011), as vertentes acionalista e pós-moderna parecem hoje estar fundidas num rearranjo “culturalista”. Os movimentos sociais contemporâneos no Brasil são, portanto abordados a partir da perspectiva “culturalista” e da marxista.

Na segunda metade dos anos 1980 surge um conjunto de abordagens dos então chamados “Novos Movimentos Sociais”. Essa análise tardia tornou quase imperceptível as distinções entre as teorias acionalista e pós-moderna a respeito da sociedade civil e sobre os movimentos sociais, incorporando então uma abordagem “culturalista”.

A compreensão da emergência e do desenvolvimento dos chamados novos movimentos sociais no Brasil, de novos sujeitos políticos, tiveram suas determinações na descoberta do cotidiano como palco de luta contra a dominação ideopolítica e econômica (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 331).

Nessa abordagem teórica, as classes sociais são substituídas pela diversidade de sujeitos coletivos, criados a partir dos significados inclusos em sua prática social, do significado de sua existência, e de sua identidade cultural. Como resultado dessa análise, as lutas microscópicas e fragmentadas são valorizadas em detrimento das lutas centradas nas contradições de classes.

Duriguetto *et al.* (2011), considera que hoje o que prevalece nessas abordagens teóricas dos NMS é a constituição destas a partir de eixos culturais, relativas ao processo de formação de identidade, onde os diferentes tipos de pertencimento – seja a uma comunidade, a um grupo étnico, religioso etc. – são fundamentais. Essa centralidade em questões de identidade e culturais expressa, portanto uma rejeição as abordagens totalizantes desses movimentos, ou seja, a análise marxista; demandando assim, uma análise que incorpore as contribuições desses movimentos no campo de suas particularidades.

Ainda na segunda metade dos anos 1980, são desenvolvidas abordagens com enfoque na relação antagônica entre movimentos sociais e Estado, especialmente no campo das políticas públicas. Porém, a maioria das análises

desenvolvidas era genérica e colocava o Estado como representante dos adversários dos setores populares, e que ambos visavam a mútua destituição.

Essas abordagens evidenciaram que a consideração dos movimentos sociais como novos atores políticos, autênticos, portadores de uma força transformadora, cairia em descrédito se não se valorizasse a importância e a necessidade de se conhecer suas diferenças, sua eficácia sociopolítica e sua relação com o Estado, particularmente a apreensão das relações entre os movimentos populares e as políticas sociais (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 333).

O Estado seria então visto como o propulsor das ações dos movimentos sociais, principalmente se considerarmos o seu caráter ineficaz e omissivo no campo do provimento dos serviços coletivos. Mas, ao mesmo tempo pode ser tido como a razão de sua retração, pois qualquer mudança no Estado pode influenciar no ritmo e no desenvolvimento dos movimentos sociais.

Essa análise é reforçada pela campanha pela participação popular no processo constituinte. O que faz com que diversas mobilizações sociais se articulem entre si para reivindicar novos direitos, por meio de fóruns, plenárias, debates etc., junto com entidades civis, juristas, mostrando o equívoco de que os movimentos sociais estariam contra o Estado.

A expansão e a consolidação de direitos passaram a ser freqüentemente evidenciada como o eixo da luta dos movimentos sociais pela ampliação da democracia e da cidadania. Para Duriguetto *et al.* (2011), a noção de democracia está presente na prática dos movimentos sociais urbanos, de mulheres, de negros, lésbicas e homossexuais etc., uma vez que vêm levando para a sociedade novos temas e questões que eram consideradas como de âmbito privado e individual, para serem confrontadas de forma coletiva e pública.

No Brasil, a análise marxista dos movimentos sociais é desenvolvida a partir do conceito de *contradições urbanas* elaborado por Castells (1942) para analisar a eclosão dos movimentos sociais urbanos. Lúcio Kowarick (1979) elaborou então o conceito de *espoliação urbana* para caracterizar o processo de pauperização da classe trabalhadora no modo de produção capitalista.

Os movimentos sociais urbanos eram considerados pelo autor como “movimentos antiespoliação”, objetivando a “afirmação dos direitos circunscritos à esfera do consumo coletivo” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 335). No que diz respeito

então a sua inserção no processo político, ressaltou-se uma nova particularidade dos conflitos de classe, posto que as reivindicações não mais se direcionavam ao Estado, e sim contra o Estado. Portanto, os movimentos sociais urbanos teriam uma natureza transformadora, se materializando na centralidade de seu discurso crítico.

Porém, essa apreensão acerca dos movimentos sociais sofreu algumas críticas. Como o fato das reivindicações serem agrupadas em função de um único critério, a de bens de consumo coletivo. Além da crítica ao caráter de espoliação urbana, que iria aguçar as expressões das reivindicações, transformando-as em lutas que ocorreriam no sentido de transformar o sistema capitalista.

As interpretações que conferiam um aspecto transformador aos movimentos sociais passaram a ser questionadas, uma vez que suas demandas estavam sendo voltadas para a defesa dos direitos de cidadania e não para uma mudança do sistema capitalista.

Para além dessas análises Frank e Fuentes (1989), em seu texto *Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais*, argumentam que os “novos” movimentos sociais não são novos, ainda que tenham algumas características novas. Embora denominados de “novos”, muitos movimentos sociais como os movimentos camponeses, étnicos e raciais, e movimentos de mulheres/feministas já existiam nos séculos passados em vários lugares do mundo ao longo da história.

A teoria dos NMS destaca, portanto, que os movimentos sociais, como os feministas, pela liberdade de orientação sexual, ecológicos etc., se distanciam da interpretação que envolve a contradição capital/trabalho, e por isso acaba por realizar ações isoladas e focalizadas em torno de uma única demanda, o que contribui para a manutenção e perpetuação do sistema capitalista. Mas isso não significa dizer que esses movimentos, ainda que não sejam totalmente frutos da questão central que envolve o antagonismo entre capital e trabalho (relação entre burguesia e proletariado), não se fundem nessa contradição.

1.3 LUTA DE CLASSES E A QUESTÃO DE GÊNERO

Entender as formas de lutas entre as classes antagônicas que compõem a sociedade (burguesia e proletariado) é indispensável para entender criticamente a realidade em que os movimentos sociais estão inseridos. Sendo a sociedade

capitalista determinada pelo exercício dessa luta, perpassada por conflitos políticos, sociais, econômicos e ideológicos, visto que as desigualdades, antagonismos e contradições são características fundantes e inelimináveis dessa sociedade.

A centralidade do Modo de Produção Capitalista, fundada na contradição capital-trabalho, pode se manifestar no cotidiano de diversas formas, como as questões de gênero, étnicas, comunitárias etc. A exploração da classe trabalhadora, que constitui a chamada “questão social” debatida anteriormente, demonstra a diversidade de manifestações que se apresentam como “problemas sociais”, formas de segregação, exclusão e discriminação.

O fato de que essas problemáticas, como as questões de gênero, por exemplo, não sejam inteiramente iniciadas na questão central entre capital e trabalho, não significa ignorar que elas se fundam na contradição capital-trabalho, como referem-se as argumentações pós-modernas dos “NMS”.

O que há é um interesse universal entre o proletariado: a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho assalariado e da existência das próprias classes, eliminando assim, o cerne da exploração e das desigualdades dela advindas. Daí o poder político que o proletariado possui, como um sujeito revolucionário capaz da transformação social.

Porém, Cisne (2013) destaca que, as classes se subdividem, não só pela participação no processo produtivo, mas pela concorrência e participação no mercado e pelas suas diversas condições de vida. Ou seja, é preciso entender que existem particularidades e diferenças nos sujeitos que compõem essa classe.

[...] não podemos negar a existência de componentes como sexo e ‘raça’/etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar o componente classe nas ‘relações sociais de sexo’ e étnico-raciais (CISNE, 2013, p. 42).

As lutas de classes desde os seus primórdios são perpassadas pelas relações de poder e dominação de um sexo pelo outro, mais precisamente, do sexo masculino sobre o feminino. As relações de gênero são definidas a partir dos conceitos de homem e mulher, e quais são as práticas e características que formam a identidade do que é masculino e do que é feminino.

Uma diferenciação dos sexos em que, “não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade” (TORRÃO FILHO, 2005, p. 139). Daí a visão de que homens e mulheres são essencialmente diferentes, e que essa diferença constitui, portanto uma hierarquização, fazendo com que o masculino se imponha como superior ao feminino. Exemplo disto é a divisão sexual do trabalho, que além de diferenciar trabalho masculino do feminino, ainda evidencia as desigualdades existentes no interior de uma mesma classe.

Deve-se destacar aqui como as mulheres e os segmentos LGBT sofrem uma exploração particular e mais intensa que a dos homens da classe trabalhadora. Por exemplo, homens brancos e heterossexuais possuem muito mais privilégios do que uma mulher negra, lésbica e pobre.

Okita (2007, p. 100) afirma que “a homossexualidade não é privilégio de nenhuma classe social, mas a diferença é que um patrão homossexual tem interesses diferentes de um trabalhador homossexual”. Predomina a visão de que todos os homossexuais estão unidos pela opressão que sofrem em comum. Porém, as lutas dos homossexuais da classe trabalhadora são bem diferentes das lutas realizadas pelos homossexuais da elite. Enquanto estes já ocuparam o seu espaço na sociedade, os homossexuais pertencentes à classe trabalhadora vivem com a família, que muitas vezes não o aceita, ganha um baixo salário, que mal possibilita sua manutenção, e sofrem opressões e preconceitos mais intensificados cotidianamente.

Uma opressão que só acabará quando houver a transformação total da sociedade em seu conjunto. Acabando com a organização social na qual prevalece a exploração do trabalho (OKITA, 2007).

Há que se perceber que as discriminações não são um problema de sujeitos específicos – embora seja mais acentuada para alguns –, mas um problema que atinge toda a classe. E considerar as diferenças e as desigualdades no interior da classe não deve ser no sentido de fragmentá-la, mas de serem percebidas na dinâmica da organização econômica da sociedade.

Para Cisne (2013), considerar a diversidade de classes é necessário, entretanto sem se perder na ênfase das diferenças em detrimento da luta política desenvolvida pelos sujeitos coletivos em torno de uma luta classista – o ponto

comum entre todas as lutas que buscam o fim das desigualdades sociais. Assim, na particularidade do movimento LGBT este,

tem que estar ao lado da classe trabalhadora, conquistar seu direito de luta [...], discutindo e esclarecendo esta classe que também esta cheia de preconceitos, mas é a única disposta a superá-los e combater o machismo, lutando contra o inimigo em comum (OKITA, 2007, p. 104).

Vale ressaltar que os segmentos LGBT nem sempre conseguiram mobilizar o apoio dos partidos políticos de esquerda. Muito em favor do legado da *esquerda tradicional* que não dedicou atenção as opressões de sujeitos particulares, como a liberdade de orientação sexual e as relações sociais de gênero, que acabavam sendo reproduzidas no âmbito do partido.

Assim, “a esquerda tradicional entendia que os problemas apresentados por grupos específicos constituíam-se interesses particulares que seriam solucionados mediante a transformação da sociedade capitalista” (SANTOS, 2005, p. 14), e por isso não deveriam ocupar um lugar estratégico nas lutas da classe trabalhadora, o que desvalorizou questões específicas como a de gênero, raça, orientação sexual etc.

A tendência, portanto tem sido o partido se distanciar dessa pauta e negligenciar as conseqüências dessa forma de opressão¹⁰, bem como uma dificuldade teórica e política de assimilar as demandas concretas de luta que são colocadas em torno desta bandeira. Daí que os sujeitos políticos não-partidários vêm-se levados a assumir a tarefa política de construir a luta, utilizando táticas de pressão, inclusive sobre os partidos políticos e sobre a opinião pública, para que reconheçam que a heterossexualidade não é o único tipo de orientação sexual (SANTOS, 2005).

A esquerda veio, ao longo de sua trajetória, hesitando em dar respostas à opressão por orientação sexual. Mesmo quando provocada, muitas vezes, a incorporar este debate em suas formulações, optou por invisibilizar esta questão, ainda que se tratasse de contextos sociais revolucionários, o que teve

¹⁰ A partir dos anos 1970, e principalmente nos anos 1980 e 1990, é que houve a incorporação e a intensificação dos movimentos sociais em torno da liberdade de orientação sexual. A direção dada a essas lutas pelas forças da “esquerda democrática” situam a solução para o enfrentamento das questões sócio-culturais no terreno da luta pela igualdade formal e pelo reconhecimento dos direitos civis (SANTOS, 2005).

inegavelmente rebatimentos e implicações para o processo de organização política de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (RODRIGUES; GUIMARÃES, 2012, p. 20).

Pode-se dizer que essa recusa da esquerda em incorporar as lutas LGBT aos seus programas e projetos políticos, assume a tese de que o movimento LGBT possuía uma posição pluriclassista, onde a origem de classe dos sujeitos é diversa e por isto este não era um movimento da classe trabalhadora.

Os preconceitos e as discriminações sofridas cotidianamente pelo segmento LGBT refletem na vida dos indivíduos em diversos espaços, inclusive é muitas vezes determinante para o retardar de decisões afetivas importantes. Acaba também repercutindo nos princípios de um projeto político incorporado à construção de uma nova sociabilidade.

Há, portanto, a necessidade de tornar visível um segmento que ocupou um lugar de invisibilidade social e até mesmo no campo da esquerda, buscando romper com a violação de direitos e o fortalecimento dos segmentos LGBT como sujeitos políticos e coletivos. Para tanto, é preciso que a sociedade se organize enquanto um sujeito coletivo e que a esquerda popularize e massifique essa luta, incorporando assim as pautas do movimento LGBT às suas próprias.

1.4 OFENSIVA NEOLIBERAL E OS DESAFIOS IMPOSTOS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Brasil, a partir dos anos 1990, adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa. Caracterizando-se como uma contrarreforma social e moral, como destaca Behring (2008), no sentido de reconstruir a hegemonia burguesa no país.

Para tanto, são desenvolvidos ataques à classe trabalhadora e subalterna, por meio da regressividade dos contratos e condições de trabalho, das contrarreformas na esfera estatal, transformando as políticas sociais em privadas e focalizadas. Esse período é marcado também pela regressividade das organizações e das lutas dos trabalhadores, seja no campo sindical, seja no campo dos movimentos sociais. Isso possibilita uma maior precarização das condições de

trabalho e dificuldade de mobilização e de articulação em um contexto de implantação das medidas neoliberais do Consenso de Washington¹¹.

O *neoliberalismo* torna-se, portanto, a força máxima do projeto hegemônico do capitalismo contemporâneo. Os componentes dessa política impactam brutalmente na reprodução dos trabalhadores, no que diz respeito às condições de sobrevivência, à legitimação de suas atividades e espaços sócio-ocupacionais e, principalmente, no fôlego ideopolítico e organizativo dos trabalhadores (GUAZZELLI; ADRIANO, 2014, p. 222).

Daí em diante os avanços legislativos no campo dos direitos sociais e da participação popular, contidos na Constituição Federal de 1988 foram fortemente atacados. Se materializando através das mudanças demandadas pelo processo de reestruturação produtiva e pelo desmonte da regulação estatal no âmbito da economia e dos direitos sociais garantidos pela Constituição.

Entre as medidas adotadas pelo capital, na ofensiva contra o trabalho, destaca-se o *enfraquecimento das organizações sindicais e trabalhistas*, o *desprestígio das lutas e das organizações dos trabalhadores perante a opinião pública* e, a *desregulamentação do mercado de trabalho e precarização do emprego*.

O Estado passa a investir nessas medidas no momento em que nega-se a negociar com os trabalhadores em greve; ao reprimir qualquer medida de luta; e ao estender as greves, não respondendo ou atendendo suas reivindicações, como uma forma de falir financeiramente o movimento e, conseqüentemente, sua organização sindical.

Quanto ao desprestígio de suas lutas, o neoliberalismo juntamente com as empresas de jornalismo, passa a investir na descaracterização das mesmas, contribuindo com a criminalização dos movimentos. Assim, as lutas acabam sendo veiculadas pela ótica das elites políticas detentoras dos veículos midiáticos. Behring (2009, p. 78), consolida este pensamento, ao dizer que “os arautos do neoliberalismo desencadearam inúmeras estratégias ideológicas e culturais, tendo a mídia, especialmente a TV, como um instrumento decisivo de constituição da hegemonia”.

¹¹ “[...] em novembro de 1989, realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de *Bretton Woods* (FMI, Bird, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas e governantes latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como *Consenso de Washington*” (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 210-211, grifo do autor).

Por fim, com a desregulamentação do mercado de trabalho, a ofensiva neoliberal, imprime a ampliação do excedente da força de trabalho. Disso resulta a tendência à queda salarial, a perda do poder político dos trabalhadores, e uma atitude individualista e defensiva dos mesmos.

Deste modo, a flexibilização e a precarização do emprego provoca não só a fragmentação nas relações de trabalho, como também no plano da consciência de classe. Para Duriguetto (2014), ocorre aí a dessolidarização de classe e as tendências neocorporativas das lutas sindicais; à crise do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo de parceria.

É neste contexto, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação trabalhista. E flexibilizar a legislação do trabalho, significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente após 1930, quando se toma o exemplo brasileiro (ANTUNES, 2010, p. 634).

Há um verdadeiro culto ao individualismo, principalmente por meio da competitividade incentivada pelo ideário neoliberal, havendo destaque para os projetos individuais, em detrimento dos projetos coletivos¹².

A esse individualismo exacerbado soma-se, também, a lógica do mercado e a culpabilização do indivíduo, diante da desresponsabilização, cada vez maior, do Estado, segundo Harvey (2007) transferindo-se toda a responsabilidade pelo bem-estar para os indivíduos e suas famílias.

A família e as organizações sem fins lucrativos – o chamado “terceiro setor” – são tidos como agentes do bem-estar, substituindo assim as políticas públicas. Deveriam ser constituídas como uma rede complementar, mas acabam assumindo a condição de “alternativa eficaz” no intuito de viabilizar o atendimento das necessidades da classe trabalhadora. Se configurando como um retrocesso histórico, ao levar em conta todas as lutas da classe trabalhadora por direitos civis e sociais ao longo dos anos. Yazbek (2000) denomina a isso como uma

¹² Netto (2009, p.142) os define como projetos societários, que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. São coletivos e macroscópicos, pois possuem propostas para o conjunto da sociedade, e necessariamente são projetos de classe que possuem uma dimensão política.

refilantropização das políticas sociais, implicando numa precipitada volta ao passado.

O ideário neoliberal passa a investir na participação da sociedade civil, mas não no ponto de vista do controle social na gestão e implementação de políticas sociais, mas no sentido de transferir a ela o papel de responsável pelo bem-estar social. Nesse contexto, as políticas sociais nas palavras de Behring (2008), são vistas como paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, devendo ser acessadas via mercado.

De acordo com Behring (2008), prevalece então o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas públicas: a privatização (que acaba dividindo a sociedade entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços), a focalização (que assegura acesso apenas aos comprovadamente pobres) e a descentralização (que transfere as atribuições e competências do governo federal e estadual para os municípios).

Passam a ser não mais um direito social, e o Estado caminha na direção da desresponsabilização e do desfinanciamento da proteção social, configurando-se, como evidencia Netto (2007), em *uma política mínima para o social e máxima para o capital*. Isto é, as políticas de ajuste neoliberal acarretam no desmonte do Estado através da redução de sua atividade regulatória e produtiva, com a expansão da privatização no campo dos direitos sociais e a redução dos investimentos na área social.

Transferem as responsabilidades para a sociedade, sob a justificativa do voluntariado, da solidariedade e da cooperação, parecem estar fundadas na perspectiva do *Welfare Pluralism* ou *Welfare Mix*, em detrimento do *Welfare States* keynesiano (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 162, grifo do autor).

Assim, os projetos correspondentes aos interesses da classe trabalhadora, têm diante de si uma realidade adversa que colide sobre suas possibilidades e condições de efetivação, o que não ocorre do mesmo modo quando se tratam de projetos correspondentes aos interesses da classe dominante. Como afirma Netto (2009, p. 143), “os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõe de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes”.

Todas essas estratégias adotadas pelo projeto neoliberal tem sido eficientes para garantir a aprovação e a legitimação dessas políticas por parte de amplos segmentos e impossibilitar uma radicalização das lutas de classes.

Assim, a saída da crise [...] estaria na redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações inclusive no que refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais. Um pressuposto para a implementação de medidas de natureza claramente regressiva para os trabalhadores seria imprimir derrotas políticas ao seu movimento organizado [...]. Nesse sentido, também operam estratégias de *passivização* dos trabalhadores, com o objetivo de derruir sua identidade de classe (BEHRING, 2008, p. 214, grifo da autora).

Em uma sociabilidade regida pela opressão e exploração, marcada pela desigualdade social, em meio a privatizações, cortes nos gastos sociais, entre outros aspectos, diversos são os desafios colocados para a luta dos movimentos sociais e da classe trabalhadora que estão vendo seus direitos paulatinamente sendo retirados.

Para as organizações que defendem e representam os interesses das classes subalternas, “a ofensiva neoliberal vai em direção de submetê-las à lógica do mercado, à despolitização e fragmentação das suas lutas e demandas, orientando-as para a defesa de seus interesses puramente corporativos e setoriais” (DURIGUETTO, 2008, p. 91).

O capital e o Estado não vêm passivamente as investidas dos movimentos sociais. Como já assinalado, passam a adotar políticas voltadas para desativar o potencial de resistência dos trabalhadores por meio da destruição de suas organizações, com políticas focalizadas e com o fortalecimento da repressão policial e da criminalização de movimentos, o que vem afetando de forma regressiva os movimentos sociais como um todo.

Sendo assim, faz-se imprescindível a organização da classe trabalhadora de modo a efetivar os seus projetos, embora sejam muitos os desafios colocados à luta. Lutas essas que são diversas, e que fazem parte de um conjunto variável de movimentos de protestos que se espalharam pelo mundo durante e após os anos 1980. Para Harvey (2007, p. 25-26),

às vezes, esses movimentos e revoltas são esmagados com violência feroz, quase sempre pelo poder estatal agindo em nome da 'ordem e da estabilidade'. Por todo lado, elas produziram violência interétnica e guerra civil, pois a acumulação por expropriação fomenta intensas rivalidades sociais e políticas, em um mundo dominado pela tática das forças capitalistas de dividir para reinar.

A articulação entre os movimentos sociais é de extrema importância, considerando o contexto de grandes ofensivas neoliberais. Mas, dada a diversidade de movimentos sociais existentes, e por apresentarem diferenciações internas entre si quanto à forma de organização e o projeto político, a construção de uma unidade, e de vinculação das diferentes lutas, tem se configurado uma das dificuldades mais freqüentemente encontradas no âmbito da ação política.

Embora sejam visíveis múltiplas e diferenciadas mobilizações de frações da classe, tais lutas se dão de forma extremamente fragmentada, sem maiores articulações e na ausência de qualquer direção unificada legitimada pelos movimentos. Isso se deve a condições objetivas de fragmentação da classe, mas também a aspectos subjetivos. De um lado, muitos dos sujeitos desses movimentos acabam se identificando apenas por características parciais da sua condição social, ou mesmo pelo qualitativo que as políticas públicas focalizadas lhes atribuem: pobres (MATTOS, 2013, p. 164-165).

Por isso faz-se necessário compreender a importância dessa luta na conquista histórica de direitos, bem como é imprescindível que continuem resistindo e se mobilizando para que ocorram mudanças na sociedade, e que lutem pela garantia da ampliação e efetivação de direitos, no âmbito pelo qual os sujeitos coletivos possam se fortalecer. É fundamental também que os seus militantes tenham uma formação política para que os movimentos não percam sua capacidade de mobilização para as lutas.

Porém, o neoliberalismo não só têm operado na contramão da defesa de direitos sociais historicamente conquistados, como também tem investido na criminalização dos movimentos sociais, que se contrapõem a lógica capitalista, o que torna mais forte os impasses postos às lutas sociais. Netto (2007, p. 77), ratifica essa análise ao dizer que,

é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: *uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável*

e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (grifo do autor).

Apesar de todos os impasses enfrentados no curso desse período, ainda há grupos e movimentos sociais em ação. Esse é apenas um dos aspectos centrais de muitas das lutas que estão surgindo agora.

O contexto neoliberal, entretanto, possibilitou que as diversas formas de resistência e de lutas sociais criassem condições objetivas para a mobilização política dos movimentos sociais desafiarem abertamente esse regime. Formulando suas demandas a partir da diversidade das questões econômicas e sociais produzidas pelo receituário neoliberal, possuindo uma luta em comum: a oposição às políticas neoliberais (DURIGUETTO *et al.*, 2011).

Não importa a conjuntura em que estejam inseridos os movimentos sociais, a luta por direitos permanece atual – entendendo que o direito na sociedade capitalista atravessa diversas tensões e expressões contraditórias, e os movimentos sociais são os principais sujeitos das lutas cotidianas, e possuem o dever histórico de transformar a ordem social capitalista, que o oprime e o explora. Para tanto é necessário um modo de produção e de vida radicalmente distinto do atual, o que para Antunes (2007), se configura como um desafio vital para todos os sujeitos envolvidos coletivamente.

O que resta agora é permanecer na luta cotidiana pela defesa dos direitos e de um projeto alternativo a sociabilidade capitalista, daí o destaque para a articulação entre os diversos grupos e movimentos sociais, como afirma Duriguetto *et al.* (2011, p. 132), “a luta anticapitalista não deve caminhar separada da luta contra o machismo e a desigualdade sexual, contra o racismo e a desigualdade racial e étnica, contra as diversas formas de segregação, desigualdade e preconceito”.

Essa luta deve reunir todos essas esferas, para assim lutar, no curto prazo contra a forma específica de desigualdade, para uma emancipação política¹³, e em

¹³ Emancipação política remete ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma “liberdade” e uma “igualdade” formais dos cidadãos (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 130).

longo prazo, contra a ordem burguesa e a sociedade de classes, para uma emancipação humana¹⁴.

Esse é um dos grandes desafios postos para as organizações, “estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações, as diversas lutas sociais, assim como entre essas e o movimento operário” (DURIGUETTO, 2014, p. 182). Logo, é necessário que sejam construídos projetos que tenham uma integração dos interesses e de suas reivindicações, para que incorporem suas dimensões classistas, buscando a construção de um projeto contra-hegemônico ao capital.

¹⁴ Emancipação humana exige a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, reunindo novamente o produtor com os meios de produção, ou seja, vai em favor da superação da ordem do capital (DURIGUETTO *et al.*, 2011, p. 131).

2 MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania

2.1 O DEBATE SOBRE PATRIARCADO, HETERONORMATIVIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Nas análises de Cisne (2014), a opressão e a exploração sobre as mulheres, bem como a constituição do regime da heterossexualidade, são determinados por um sistema: o *patriarcado*. De acordo com Christine Delphy (2009, p. 174), “‘patriarcado’ vem da combinação das palavras gregas *parter* (pai) e *arke* (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”.

A família monogâmica, a divisão sexual do trabalho, o controle sobre os corpos e as vidas das mulheres, as relações de dominação e exploração sobre as mulheres, estão associados à heterossexualidade e constituem a base de sustentação desse sistema¹⁵ de organização social. Possibilita estabelecer o sistema de relação legítimo e o recebimento ou a transmissão da herança, para isto, a heterossexualidade deve estar combinada com o controle sobre as mulheres. Daí o surgimento da família monogâmica, que está arraigada com a consolidação da propriedade privada.

Segundo Engels (1884), o surgimento da propriedade privada, nas sociedades pré-históricas, tem papel importante na mudança das relações sociais e sexuais. Portanto, o início da opressão sexual tem base pré-capitalista, surgindo com a propriedade privada e com o conceito de família que esta trouxe, tornando a sociedade, antes alicerçada no modelo matriarcal¹⁶, numa sociedade patriarcal, pautada na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, os filhos, escravos e os meios de produção.

¹⁵ Segundo Jules Falquet (2009, p. 123), o sistema heterossexual obrigatório de organização social “se baseia na estrita divisão da humanidade em dois sexos, fundamentos de dois gêneros obrigados a manter relações desiguais de ‘complementaridade’ no contexto de uma rígida divisão sexual do trabalho”.

¹⁶ “O que caracterizou a sociedade matriarcal foram os laços maternos. A concepção de paternidade não existia ali e a co-habitação, ou seja, homem e mulher que mantinham relações sexuais vivendo juntos, só apareceu nos últimos períodos do comunismo fundacional. Os descendentes de sangue eram identificados através da mulher. A organização tribal concentrou-se em relação as mulheres e seus filhos [...]” (OKITA, 2007, p. 25-26)

Com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante. Tornando-se o marco inicial da luta de classes (CISNE, 2013). Assim, as relações de classe são permeadas historicamente pelas relações de dominação e poder do sexo masculino sobre o feminino. Okita (2007, p. 23) aponta que, “na sociedade pré-histórica, homem e mulher conviveram em igualdade de condições e somente no desenvolvimento da sociedade de classes começou a opressão da mulher”.

Para Engels (1884, p. 22), “o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino”. Antagonismos esses, que serviam principalmente aos interesses das classes dominantes de garantia e reprodução da propriedade privada e da força de trabalho, para manter seus privilégios.

Assim como a opressão sobre as mulheres, compartilhamos da concepção de que o marco que dá origem a heteronormatividade ocorre com a propriedade privada, devido à necessidade da reprodução humana como forma de garantir força de trabalho para o acúmulo de riqueza (CISNE, 2012, p. 5).

A *heteronormatividade* é a imposição da heterossexualidade aos indivíduos como forma de organização social, e é uma das dimensões fundamentais para a consolidação do patriarcado. Como destaca Rodrigues e Guimarães (2012), as relações sociais são regidas inquestionavelmente com base na heterossexualidade, ou seja, há um padrão hétero instituído socialmente a ser seguido por todos.

Há que se lembrar que nós não somos iguais. Temos cores diferentes, culturas, modos de pensar diferentes. Porém, ser diferente em uma sociedade regida pelo racismo, pelo machismo, pelo sistema heteronormativo, patriarcal e capitalista, é contrariar o modelo conservador vigente do que ela dita como “normal”. Ou seja, ser diferente nessa sociedade significa estar fora do modelo instituído pela ideologia dominante.

Instituições como a Igreja, a família e o Estado, ao longo da história tem aprofundado a cultura heteronormativa nos valores da sociedade.

Com a transformação da ordem matriarcal para o patriarcado, as relações sexuais nessa nova sociedade passaram a ter mais restrições. Sentimentos sexuais começaram a ser influenciados pelo controle social, e foram construídas proibições

sexuais rígidas (OKITA, 2007). Sexo passou a ser relacionado à vergonha, culpa e medo, e como forma de opressão para manter a ordem, resultando na censura da homossexualidade.

Essas novas condições sociais passaram a influenciar gradativamente a vida religiosa. Os costumes da classe dominante trouxeram a necessidade da monogamia e a hostilidade à homossexualidade. “A Igreja Medieval, junto com a classe feudal dominante, levou a perseguição aos homossexuais a um nível histórico, estabelecendo atitudes e práticas existentes até hoje” (OKITA, 2007, p. 48).

Com a Revolução Industrial, o preconceito contra os homossexuais tornou-se parte integrante da sociedade. A opressão anti-homossexual, assim como a opressão e exploração da mulher foram perpetuados pelos países capitalistas.

A homossexualidade entra em conflito com a família, a base para o sistema capitalista de mão-de-obra barata. É a base para a transferência da herança na sociedade patriarcal e para a manutenção da linhagem familiar; é também base de reprodução para fornecer força de trabalho; e como instrumento de imposição da ideologia correta aos filhos. A família patriarcal é composta de modo a evitar a livre expressão da sexualidade (OKITA, 2007).

O patriarcado como sistema e ideologia normatiza e institui as relações de gênero vigentes, estruturando-as em um modelo conservador, autoritário e repressor do que é “ser homem” e “ser mulher” na sociedade (CISNE, 2012). Ainda, essa normatização acaba por criar uma diferenciação na atribuição de papéis e espaços baseada no gênero. Onde, “institui o homem como superior, forte, viril e dominante. Já as mulheres são educadas para serem pessoas frágeis, sensíveis, subservientes, tímidas, medrosas” (CISNE, 2012, p. 6). Ou seja, homens e mulheres devem ser heterossexuais.

Com a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual dos brinquedos, a separação de espaços e tarefas, as crianças são orientados pela sociedade a terem certo tipo de comportamento. Assim, “[...] desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os gêneros, mas educa homens e mulheres de forma desigual” (CISNE, 2012, p. 160). Para tanto, o sistema patriarcal conta com a Igreja, a família e a escola na disseminação de sua ideologia.

São padrões e comportamentos que acabam colocando limites para a liberdade do outro de expressar a sua sexualidade, estabelecendo um modo único de relacionamento para todos os indivíduos. Isso acaba dando origem ao preconceito e discriminações que esses sujeitos vivenciam por não serem heterossexuais. Em outras palavras, a imposição da heteronormatividade legitima a reprodução da homofobia.

A heterossexualidade alimenta ainda, a ideologia de naturalização dos sexos e, como tal, reproduz de forma 'natural' as desigualdades que marcam as relações de sexo, historicamente apropriadas pelo capital para a superexploração da força de trabalho feminina, bem como do segmento trans. Isso ocorre porque ao serem desvalorizados(as) como pessoas, conseqüentemente também sua força de trabalho é desvalorizada e até mesmo não reconhecida como trabalho [...] (CISNE; SANTOS, 2014, p. 155).

Portanto, as mulheres e a comunidade LGBT sofrem opressões que, embora diferenciadas, originam-se num ponto comum: o patriarcado. E ainda que os múltiplos preconceitos em relação à comunidade LGBT não sejam oriundos da sociabilidade capitalista, a opressão e as barreiras impostas à liberdade de orientação sexual encontram, nesta sociabilidade, amplas possibilidades de reprodução.

Para Rodrigues e Guimarães (2012), a opressão resultante da ausência de liberdade de orientação sexual se efetiva em amplas e diversificadas dimensões da existência social, indo desde a família e o trabalho do indivíduo, e chegando a repercutir também no acesso e/ou na inserção destes sujeitos em relação a direitos sociais básicos e elementares, como moradia, saúde e educação - sobretudo quando estamos falando de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros pertencentes à classe trabalhadora.

Deste modo, a dimensão da orientação sexual, nessa sociedade patriarcal e heteronormativa, engendram opressões, inclusive, no interior da mesma classe. Como nos esclarece Cisne (2013, p. 50):

um homem pobre e heterossexual possui muito mais respeitabilidade e menos risco de sofrer violência do que um homem pobre *gay*. Contudo, um *gay* rico, ainda que sofra opressões motivadas por sua orientação sexual, elas ocorrem de maneira diferenciada das que sofre um *gay* pobre. Mais do que isso, um homem *gay* rico possui

determinados privilégios oferecidos pela sua condição socioeconômica que um homem pobre heterossexual não possui.

Ser diferente em uma sociabilidade fundada e regida pela exploração é estar sujeito a diversas desigualdades e cerceamento de direitos, inclusive no que diz respeito aos sentimentos e desejos dos sujeitos. Existem, portanto, desigualdades e preconceitos, que são mais acentuados para alguns, como é o caso dos travestis e transexuais, inclusive também entre gays e lésbicas.

Essa ideologia de pensamento da estrutura da sociedade se dá através da separação dos sujeitos em dois gêneros antagônicos: o feminino e o masculino. A essa separação é dada o nome de “*binarismo de gênero*”. Para Oliveira (2012, p. 15), “ao definir a diversidade humana em duas possibilidades (masculino e feminino), excluímos ou, no mínimo, invisibilizamos as demais possibilidades”.

É, portanto, a partir dessa separação de gêneros que ocorre a incompreensão e, por conseguinte a discriminação a bissexuais, travestis e transexuais (outro binário presente no debate da diversidade sexual: o binário homossexual-heterossexual), simplesmente por não se encaixarem em nenhuma dessas categorias estabelecidas no modo de pensar da sociedade. Segundo Simões e Facchini (2009, p. 31), são

valores e idéias de que o certo, o normal e o saudável em termos de sexo é que cada pessoa tenha o seu senso de identidade e de desejo devidamente adequado à genitália que lhe foi destinada. Em outras palavras, um suposto cultural poderoso é que tem de existir uma conexão fundamental entre o sexo do corpo (macho ou fêmea), a identidade de gênero (a convicção de ser ‘masculino’ ou ‘feminina’, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os machos e as fêmeas) e a orientação do desejo para o sexo oposto (machos desejam fêmeas, e vice-versa).

Daí surge também pensamentos conservadores e preconceituosos. Há quem pense que homens gays não são homens (que reproduzem inclusive o machismo), como se ao terem um relacionamento homoafetivo perdessem sua masculinidade, ou que mulheres lésbicas não são mulheres de verdade, que precisam conhecer um “homem de verdade”. Ou ainda concepções errôneas de que homens com traços considerados afeminados são necessariamente gays, que querem ser mulheres, e que mulheres por vestirem roupas largas são lésbicas, ou que querem ser homens.

Essa ideologia patriarcal faz com que muitos casais homoafetivos estabeleçam uma separação na sua sexualidade entre “passivx” e “ativx”. Isso acaba reproduzindo e reforçando em grande escala, a heteronormatividade, já que essa separação entre o masculino e o feminino não se restringe apenas a sexualidade, mas a papéis e características de gênero (CISNE, 2012). Assim, os casais homoafetivos incorporam e reproduzem o modelo conservador de pensar e se relacionar do sistema heteronormativo.

O binarismo ainda traz consigo a invisibilidade das mulheres lésbicas, que se fundamenta na diferenciação e hierarquização dos gêneros. Em outras palavras, a invisibilidade lésbica está intrinsecamente ligada ao machismo, ao racismo e ao sistema heteronormativo. Além disso, deve-se lembrar que a condição da mulher na sociedade é historicamente inferior.

Desde os primórdios, no surgimento da propriedade privada, a sexualidade da mulher, bem como a sua reprodução, vem sendo brutalmente controlada, seja por mecanismos institucionais, como o Estado e a Igreja, ou por meio de mecanismos estruturantes da conjuntura social, como o patriarcado (BARBOSA *et al.*, 2014, p. 3011).

É nesse quadro que a mulher lésbica se encontra. Entre uma série de opressões. À medida que ser mulher por si só já traz um senso histórico de inferiorização, e ao expor a sua sexualidade essa opressão aumenta exponencialmente, ainda mais se esta for, pobre, negra, ou ainda se for uma mulher transexual. Ainda que sejam opressões diferenciadas, são oriundas de um mesmo sistema, o patriarcal. Essa invisibilidade impõe dificuldades para a construção de sua identidade lésbica.

Destarte, a invisibilidade das mulheres lésbicas na sociedade e também no movimento LGBT demonstra a fortaleza do patriarcado enquanto sistema ideológico universal, que atravessa os mais variados espaços, inclusive, os dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2012). Exemplo disso foi a criação em 2003 de uma organização própria, a LBL (Liga Brasileira de Lésbicas), com alegação de invisibilidade e opressão dentro do próprio movimento. Passando a defender a autonomia e a liberdade como princípios fundamentais para o exercício da sexualidade, bem como o feminismo e uma sociabilidade anticapitalista.

Percebe-se então, a enorme violência contra os sujeitos que ousam romper com os papéis de gênero e com as regras e processos de normalização do sistema heteronormativo, colocando barreiras que impedem a liberdade de expressar e viver a sexualidade, colocada pela sociedade como não padrão.

O modo de falar, de vestir, de se comportar, ou a preferência por determinadas atividades, não tem, necessariamente a ver com a orientação sexual, nem com identidade de gênero. O equívoco acerca dos papéis de gênero, orientação sexual e identidade de gênero se devem unicamente ao padrão binário a que a sociedade é submetida.

É impossível pensar numa sociedade desprovida de preconceitos na lógica capitalista. Para Okita (2007, p. 12), “não há solução para a opressão na sociedade de classes porque esta se fundamenta e se perpetua através do preconceito e da homofobia”. Portanto, as lutas pela liberdade de orientação sexual e contra o sistema capitalista, que reproduz de forma exacerbada o patriarcado e a heteronormatividade, são indissociáveis.

No entanto, a luta contra o patriarcado é também a luta por uma sociabilidade que possibilite a eliminação de todas as formas de dominação, explorações e opressões, fundamento para o aparecimento de uma sociedade que permita a vivência sem restrições da liberdade.

2.2 MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: organização e trajetória de lutas

Dentre a diversidade de movimentos sociais emergidos, principalmente no contexto brasileiro, destaca-se o movimento *LGBT*¹⁷, que tem suas bandeiras de lutas predominantemente relacionadas a gênero e sexualidade, assim como a luta pela igualdade de direitos.

As primeiras formas de lutas do emergente ativismo homossexual ocorreram na Europa no século XX. As lutas eram voltadas contra a criminalização da homossexualidade, bem como pelo reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais.

¹⁷ Sigla referente a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais. Inicialmente era utilizada a sigla GLBT – gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros -, mas como resultado da luta de mulheres lésbicas contra a invisibilidade que tinham no Movimento, durante a I Conferência Nacional GLBT em 2008, foi aprovado a utilização da sigla LGBT.

Entre as décadas de 1910 e 1920, o movimento por reforma sexual alcançou o máximo de sua repercussão na Europa, com a abolição das leis anti-homossexuais na Rússia pelo governo bolchevique¹⁸. As lésbicas também ganharam mais visibilidade nas capitais europeias e surgiram espaços de sociabilidade lésbica em Paris e Berlim.

Nesse contexto, a defesa dos homossexuais dava-se no bojo de uma luta mais ampla por reforma sexual, incluindo mudanças na legislação e campanhas educativas, que atraíram a aliança de movimentos trabalhistas e socialistas, além de vários agrupamentos libertários (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 41)

Nos Estados Unidos uma nova onda de lutas desenvolveu-se no final dos anos 1940. Nesse período surgem alguns grupos ativistas que lutavam pela descriminalização das relações homossexuais. Tendiam a seguir uma linha de atuação moderada e cautelosa com destaque para a construção de uma imagem pública mais respeitável para os homossexuais e na sua plena integração à sociedade. Nos anos seguintes surge um formato mais radical do movimento, num processo de politização crescente da liberdade sexual.

Na cena do movimento homossexual, um evento significativo passou a marcar essa virada. A rebelião ocorrida em 28 de junho de 1969 contra a repressão policial em um bar chamado Stonewall Inn freqüentado pela população LGBT em Nova York. Os protestos passaram a marcar simbolicamente, nas palavras de Simões e Facchini (2009, p. 45), “a emergência de um Poder Gay”. Essa rebelião ocorrida foi considerada o marco inicial do movimento e a data passou a ser tida como o “*Dia do Orgulho LGBT*”.

Assim, participantes desse movimento e outros homossexuais formaram uma organização política, a Frente de Libertação Homossexual, que ultrapassou, em seus objetivos, os pequenos grupos de homossexuais para direitos civis, organizados nos anos 1950 (OKITA, 2007). Inspirados pelas lutas dos negros e das

¹⁸ “Em dezembro de 1917, o governo bolchevique acabou com todas as leis que condenavam os atos homossexuais. Esta ação – junto com outras destinadas a estender a revolução sexual – foi considerada como parte integrante da revolução social. As transcendentais reformas concernente a assuntos sexuais, o resultado imediato da revolução russa, abriram caminho a uma nova atmosfera de liberdade sexual” (OKITA, 2007, p. 63).

mulheres, o movimento tomou uma direção política, e nos anos seguintes forçou várias mudanças na sociedade norte-americana.

O movimento então adquire maior desenvolvimento, e os seus militantes passam a confrontar a sociedade com a publicização de seus afetos, realizam campanhas públicas e mobilizações, que foram essenciais para começar a mudar as legislações homofóbicas de seus países.

No Brasil, o movimento LGBT juntamente com suas organizações e lutas surge no final dos anos 1970, num contexto de “abertura” política, de reorganização dos trabalhadores, em meio às greves operárias e à construção do PT, que os primeiros grupos se organizaram para debater as questões referentes a gays e lésbicas no país. Aliados às demais lutas sociais que ocorriam na época, fazendo um intenso debate político dos problemas que permeavam a sociedade, o movimento homossexual possuía como propostas a igualdade de gênero e a luta contra a repressão sexual (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Com os muitos movimentos sociais que eclodiam no país, surgiam também grupos em São Paulo e no Rio de Janeiro, que colocavam os problemas de sua sexualidade e as restrições impostas aos homossexuais em discussão. Eram grupos voltados à militância política com a intenção de promover novas formas de representação da homossexualidade, diferentemente daquela pensada pela sociedade, na tentativa de reverter a discriminação e o preconceito vivenciados cotidianamente.

A consagração do movimento se dá mais precisamente no ano de 1978, com a criação do grupo *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, em São Paulo, e com o lançamento do jornal *Lampião*¹⁹, que possuía um enfoque social e político da homossexualidade, como também do feminismo, e do movimento negro (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Ao longo do ano de 1979, o *Somos* vive uma fase de crescimento, reunindo dezenas de novos integrantes, marcando a participação das mulheres no grupo, que passaram a se organizar, enfrentando barreiras de machismo entre os homossexuais masculinos. Essa discussão em torno do machismo levou as lésbicas

¹⁹ *Lampião* se diferenciava no modo como abordava a homossexualidade. Procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. O jornal se propunha a “sair do gueto” e ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre diferentes questões minoritárias (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

a organizarem-se com uma semi-autonomia dentro do grupo para colocarem as suas questões específicas. Surge então, o grupo *Lésbico-Feminista (LF)*, que vai desenvolver todo um trabalho com o movimento feminista e em maio de 1980, se desliga da totalidade do grupo (OKITA, 2007).

O ano de 1980 também marca a realização do *I Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados (EBHO)*. Fechado aos grupos nos dois primeiros dias, tendo no terceiro dia uma plenária aberta ao público, o que reuniu cerca de 800 participantes. Entre os integrantes dos grupos participantes havia simpatizantes de partidos políticos de esquerda, como o PT, ou clandestinos em via de legalização, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Na plenária discutiu-se sobre o apoio aos metalúrgicos do ABC, que acabou ocupando grande parte do Encontro. Essa discussão sobre a participação ou não no Primeiro de Maio polarizou o Grupo Somos, que não entrou em consenso sobre uma atuação unitária na luta dos trabalhadores. Todavia, apesar de possuírem questões ideológicas diferentes, os grupos se organizaram junto ao movimento negro e feminista para lutar contra a crescente onda de repressão policial, resultando na realização de um ato público no dia 13 de junho, levando essa data a ser reconhecida, posteriormente, como o *Dia Nacional da Luta Homossexual* (OKITA, 2007).

A década de 1980 traria outro grande desafio para os grupos e organizações homossexuais: o trágico surto da Aids, que retornaria com a velha associação entre homossexualidade e doença.

O *Grupo Gay da Bahia (GGB)* foi o pioneiro a por em prática, em 1981, a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica Previdenciária (INAMPS), homologada pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, e também promoveu lutas significativas contra a Aids.

No Rio de Janeiro é fundado o movimento *Triângulo Rosa* (1985-1988) que potencializou a junção dos movimentos homossexuais a participação na Assembléia Constituinte de 1986, e tinham como propósito a inserção do termo “opção sexual”, que mais tarde passa a ser “orientação sexual” no rol dos impeditivos de discriminação.

Os grupos contribuíram de forma decisiva para construir as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia. “Foi uma campanha marcante por ter mirado uma das raras instâncias em que se discriminava oficialmente a homossexualidade e doença que voltava devido à Aids” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 121).

A epidemia fez com que ocorresse uma aproximação entre os ativistas homossexuais e as autoridades médicas. Para além da criação de programas de combate a Aids, à organização do movimento e ao seu engajamento na luta contra a epidemia, o aparecimento da Aids deu brecha para iniciar o debate social acerca da sexualidade, e em particular, da homossexualidade. O que trará impactos para a configuração do movimento homossexual, que será observada ao longo dos anos 1990.

Muitos consideram a década de 1980 um período de declínio do movimento homossexual, em relação à efervescência mobilizadora que marcou o período anterior. Houve uma redução expressiva na quantidade de grupos organizados, além das dificuldades trazidas pela associação entre Aids e homossexualidade. Porém ocorrem mudanças significativas que influenciam o movimento contemporâneo.

[...] a atuação passa a ser vista de modo mais pragmático, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais, e há menor resistência à institucionalidade. A partir do início dos anos 1990, inicia-se um novo momento no movimento que parece deslocá-lo definitivamente das margens ao centro (FACCHINI, 2009, p. 138).

No decurso dos anos 1990, as parcerias com o Estado em relação ao combate à AIDS consolidaram-se, e o movimento não apenas cresce em quantidade de grupos ativistas²⁰ - principalmente grupos de lésbicas e de travestis, elevando a diversificação e a incorporação dos vários sujeitos do movimento homossexual na

²⁰ “[...] 1992 parece ser um ano de grande expansão para o movimento, que se torna crescente a partir de então. Ao VIII Encontro Nacional, realizado em 1995, compareceram 40 grupos GLT. Em 1998, a maior rede de organizações ativistas brasileira – a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – listava 68 entidades GLT brasileiras. Ao final de 2006, 141 entidades LGBT estavam listadas entre as afiliadas à ABGLT” (FACCHINI, 2009, p. 138).

atual sigla LGBT²¹, como também amplia sua visibilidade, sua rede de aliança e participação social.

Nessa conjuntura também foi produzida uma maior articulação entre os grupos, através da realização dos encontros de organizações ativistas, que passaram a ocorrer com maior frequência. Formaram-se redes de grupos e associações. Ocorreu um aumento da participação de grupos lésbicos nos encontros nacionais, que passou a incluir o termo “lésbicas” ao seu nome. Houve também a realização do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) em 29 de agosto de 1996, fazendo com que a data fosse consagrada como o *Dia Nacional da Visibilidade Lésbica*. E posteriormente travestis e transexuais foram incorporados ao movimento. Representados pela primeira vez no movimento por meio do VII Encontro Nacional de Gays e Lésbicas em 1995. E o termo “travestis” passou a ser incorporado ao nome dos futuros encontros nacionais (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O ano de 1995 foi marcado ainda pela fundação da ABGLT²² (*Associação Brasileira de Lésbicas, Gays e Transgêneros*) em 31 de janeiro, com 31 grupos fundadores. Hoje é uma rede nacional de mais de 300 organizações afiliadas, sendo a maior rede LGBT na América Latina. Tem caráter democrático²³, informativo e mobilizador, não é vinculado a qualquer partido político, grupo religioso ou entidade, tem como princípios a ética, transparência, compromisso, integridade, diversidade e a solidariedade, e sua missão se configura em

promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero (ABGLT, 1995, s/p).

²¹ A denominação através da sigla é bem recente. Segundo Simões e Facchini (2009), o termo usado até 1992 era “Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)”, e os encontros eram chamados de “encontros de homossexuais”. A origem da sigla GLS, para designar Gays, Lésbicas e Simpatizantes está associada à primeira metade dos anos 1990. Após 1995 apresenta-se como um movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), a partir de 1999 figura como um movimento GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), e atualmente designa-se pela sigla LGBT referente à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

²² Em seu estatuto (1995), conforme o Artigo primeiro, “a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, doravante designada pela sigla ABGLT, cujo nome e fins foram aprovados em 31 de Janeiro de 1995, data de sua fundação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 366, cj. 43”.

²³ Fazendo aqui a crítica ao seu caráter democrático (de acordo com fala da organização) que parece não prevalecer, visto as alegações de invisibilidade das demandas de mulheres lésbicas em favor de outros segmentos presentes no movimento, o que inclusive significou na fundação da LBL em 2003.

Conquistou representação em espaços estratégicos da vida política, como em conselhos, comissões e comitês governamentais, em comissões do Ministério da Saúde, da Cultura, da Justiça e na Secretaria Especial dos Direitos Humanos. A partir de então, a ABGLT promove uma série de mudanças no âmbito legislativo e judicial, voltados para acabar com diferentes formas de discriminação e violência sofridas pela população LGBT. Observam-se os Projetos de Lei 1151/95, de reconhecimento de parceria civil entre homossexuais, e o PL 122/2006, que criminaliza a homofobia²⁴.

Tem como finalidade principal ser um instrumento de expressão da luta pela conquista dos direitos humanos plenos para todas as pessoas, inclusive aqueles relativos a sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo tais pessoas doravante denominadas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como a luta contra quaisquer formas de preconceito e discriminação aos indivíduos LGBT, sejam elas individuais ou coletivas e de natureza social, política, jurídica, religiosa, cultural ou econômica, entre outras²⁵.

Outra característica da ABGLT são as notas públicas lançadas, onde se posicionam sobre os acontecimentos que rodeiam a sociedade relacionada aos direitos dos segmentos LGBT. Exemplo disso são as notas de repúdio contra o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff; ao campo de concentração para homossexuais na República da Chechênia; sobre a retirada dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da proposta da Base Nacional Comum Curricular; além de notas por uma política nacional LGBT (ABGLT, 2017).

É socialmente reconhecida à importância da ABGLT em nível nacional, como instância de concentração de entidades e grupos locais. Apesar dos ganhos políticos e da visibilidade que a organização alcançou, o que ainda se observa é a vontade política dos integrantes do movimento LGBT em viabilizar cada vez mais a associação como uma entidade representativa de defesa dos direitos do segmento LGBT.

Em 1997 acontecia a *I Parada do Orgulho LGBT* no Brasil, passando a ser o país que mais realiza paradas, sendo a de São Paulo considerada a maior do

²⁴ De acordo com seu Art. 1º: “Serão punidos na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2006).

²⁵ <https://www.abglt.org/historia>.

mundo, reunindo massas maiores a cada ano²⁶. As manifestações têm sido marcadas pela luta pelo reconhecimento legal de direitos civis referentes à conjugalidade, parentalidade, proteção física e antidiscriminação LGBT. Segundo Simões e Facchini (2009, p. 150),

as paradas, como manifestações de visibilidade de massa, marcam a expressão social e política do movimento LGBT dos últimos anos e são, também, um terreno privilegiado para se apreciar o cruzamento das diversas conexões do movimento com o mercado e o Estado.

Assim, questões relacionadas à homossexualidade cada vez mais estão articulando pessoas em torno de uma luta, motivando uma das maiores manifestações públicas de massa do país. Vale ressaltar também que as paradas não são uma novidade isolada. Até 2010, existiam cerca de dez organizações ativistas homossexuais: ABGLT (1995); Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros – ANTRA (2000); Liga Brasileira de Lésbicas - LBL (2003); Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL (2004); Coletivo Nacional de Transexuais – CNT (2005); Coletivo Brasileiro de Bissexuais – CBB (2005) e Rede Afro-LGBT (2005); a Associação Brasileira de Gays – ABRAGAY (2005); o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas – Candace (2007); e a Articulação Brasileira de Gays - ARTGAY (2010) (SIMÕES; FACCHINI, 2009). É certo que ao longo dos anos esse número tende a aumentar.

Em 2005 acontece o I *CONABGLT (Congresso Nacional da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)*, sediado em Curitiba-PR. As principais questões debatidas no âmbito da associação, nesse e nos seguintes congressos referem-se, conforme Cisne e Santos (2014), a políticas públicas para a garantia e promoção da cidadania homossexual; movimento homossexual e o Poder Legislativo: agenda e *advocacy* (ações que tem objetivo de informar, formar e garantir, as lideranças, o exercício político e a fala pública na defesa de uma determinada questão); o Judiciário e os direitos LGBT; articulação

²⁶ Realizada no ano de 2016 “a 20ª edição da Parada do Orgulho LGBT confirmou sua posição como a maior manifestação em favor dos segmentos LGBT do mundo. Cerca de 3 milhões de pessoas acompanharam os 17 trios nos trajetos entre a Av. Paulista e Rua da Consolação, em São Paulo. O tema desta edição foi “*LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO, JÁ! – Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!*” #chegadetransfobia, em favor do segmento T: mulheres transexuais, homens trans e travestis” (PARADASP, 2016, s/p).

entre os movimentos sociais; e a conjuntura atual e perspectivas para o movimento LGBT.

Ainda no contexto brasileiro, outro debate significativo foi em relação às lésbicas, que alegavam invisibilidade e opressão dentro do próprio movimento e defendiam a criação de uma organização própria. É fundada, portanto, em 2003 a LBL (Liga Brasileira de Lésbicas)²⁷, que “surge como necessidade das lésbicas de possuírem um espaço de autonomia e de questionamento às posições consideradas reprodutoras do paradigma dominante de sexualidade” (CISNE; SANTOS, 2014, p. 170) presentes em alguns espaços do movimento LGBT. Está organizada, principalmente, nas regiões sul, sudeste e nordeste.

Em seu I Encontro Nacional ocorrido em 2004, legitimou a defesa da autonomia e da liberdade como princípios fundamentais para o exercício da sexualidade, bem como o feminismo e uma sociabilidade anticapitalista²⁸. Assim, “pretende continuar a fortalecer o movimento de luta pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais, em nível nacional, regional e local, enquanto instância de articulação política e temática das mulheres lésbicas e bissexuais” (LBL, 2004, s/p).

Fundada no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre, durante a realização do Planeta Arco-Íris, na Usina do Gasômetro, em uma Oficina de Visibilidade Lésbica, contou com a participação de dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais vindas de vários estados do Brasil e de outras partes do Mundo. Entre seus princípios fundamentais destacam-se

o pluralismo; a autonomia, a autodeterminação e a liberdade que incidem na vivência da sexualidade sem violação de direitos; a democracia aliada a horizontalidade para evitar reprodução de hierarquias de poder; a defesa da laicidade do Estado; a

²⁷ De acordo com sua Carta de princípios (2004), “a Liga Brasileira de Lésbicas é uma expressão do movimento social, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anti-capitalista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual”.

²⁸ Articulado com a dimensão de classe e raça/etnia, a LBL “defende o fim da acumulação do capital e da mercantilização das relações e dos corpos das mulheres. Defende a construção de uma sociabilidade humanista e emancipada, sem exploração de classe e nenhuma forma de opressão; em que seja garantida a produção e a distribuição igualitária da riqueza e dos bens socialmente produzidos pela humanidade”, além de “reconhecer que a luta pela eliminação do racismo é cotidiana e é responsabilidade de todas as militantes da LBL. Para isso, é condição fundamental o processo permanente de formação política e de empoderamento das mulheres negras lésbicas e bissexuais da LBL, objetivando a desconstrução da cultura racista, preconceituosa e discriminatória na sociedade”.

solidariedade e internalização da agenda de outros movimentos sociais; a defesa do feminismo, considerando a luta contra o patriarcado e todas as formas de fundamentalismos e a defesa de uma sociabilidade anticapitalista (CISNE; SANTOS, 2014, p. 171).

Sua afirmação política se deu na I Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres, que aconteceu em 2004 em Brasília, incluindo em suas diretrizes a necessidade de o Estado elaborar políticas de enfrentamento às diferentes formas de opressão, incluindo mulheres lésbicas e bissexuais. Além de se articular com outros movimentos sociais, como o movimento feminista, buscando construir e fortalecer uma agenda comum, lutar por políticas públicas e a participação da organização das atividades em torno da visibilidade lésbica.

A ABGLT e LBL são tidas, portanto como as maiores redes de articulação e de referência na estruturação do movimento, e na luta pela causa do segmento LGBT brasileiro.

Assim, as reivindicações do movimento LGBT têm alcançado vitórias ao longo de sua trajetória. Para diminuir a discriminação vivenciada cotidianamente, “o caminho privilegiado passou a ser a ação junto ao Legislativo e ao Judiciário, perseguindo a mudança dos códigos e das leis” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 125).

Mas ainda há muito que ser feito e debatido a respeito da sexualidade, da violação dos direitos, da opressão dos seguimentos LGBT que ainda aparecem tão naturalizadas na sociedade. Os desafios são imensos e precisam não só ser combatidos pelos setores ativistas do movimento, como também por todos os sujeitos que almejam uma sociedade livre de qualquer forma de preconceito, exploração e opressão.

2.3 CONQUISTAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO

Ao longo de sua trajetória o movimento LGBT brasileiro tem alcançado algumas vitórias significativas, tornando-se, hoje, um dos mais expressivos e visíveis do país. Vem empregando força na promulgação de leis e criação de políticas públicas governamentais.

O judiciário tem se mostrado mais favorável à promoção de direitos da comunidade LGBT. Marcos importantes foram alcançados com o reconhecimento

legal de vínculos afetivos, para efeitos de herança e direitos previdenciários²⁹, bem como na punição à homofobia.

O debate sobre vínculos afetivos homossexuais foi impulsionado pela repercussão alcançada pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 1.151 de reconhecimento de parceria civil que começou a tramitar no Parlamento em 1995. A ABGLT reconhece como um avanço na efetivação da agenda LGBT, a decisão do Supremo Tribunal Federal que aprovou a Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, que “dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo”, e incluindo algumas conquistas voltadas para travestis e transexuais.

A organização inclui como principais propostas efetivadas, a ampla divulgação das leis de interesse da população LGBT; iniciativas de monitoramento e controle social das políticas públicas voltadas à afirmação da diversidade sexual, principalmente a política de saúde e educação; e o empenho em estabelecer uma articulação com escolas e universidades, a fim de incluir o debate sobre o respeito à diversidade sexual, e também o apoio a iniciativas voltadas ao combate à discriminação por orientação sexual no âmbito da Segurança Pública e Direitos Humanos, ampliando a organização e a participação em eventos de promoção dos direitos LGBT (CISNE; SANTOS, 2014).

O debate sobre adoção de crianças por casais homossexuais também ganharam mais atenção na sociedade. Outra questão que merece destaque são as iniciativas de combate à homofobia. Tramita no Congresso Nacional PLC nº 122 de 2006 de proposições legislativas dispendo sobre o combate à homofobia e garantia de direitos da população LGBT (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Em 2003 formou-se uma Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, denominada atualmente de *Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT*. Possui caráter suprapartidário, e até 2011 contava com um número de 170 parlamentares³⁰. A frente passou a ter como reivindicações a legalização da união e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, bem como a alteração do nome social

²⁹ “Em 2000, a partir de uma iniciativa do grupo Nuances, de Porto Alegre, promotores públicos gaúchos moveram uma ação bem-sucedida contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para estender benefícios previdenciários às parcerias homossexuais estáveis. A vitória levou a mudanças na legislação previdenciária nacional, que passou a reconhecer ‘o companheiro ou a companheira homossexual de segurado inscrito no regime geral de previdência’ como dependente com direito a pleitear pensão por morte e outros benefícios” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 20).

³⁰ <http://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=65162>

feita por transexuais e travestis. Passou também a colaborar na “garantia de recursos para a execução do Programa *Brasil Sem Homofobia*, no qual se depositam as expectativas de construção de políticas públicas voltadas para a população LGBT” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 155).

Deve-se registrar que o processo de institucionalização de políticas públicas voltadas à população LGBT no Brasil é bem recente, precisamente com a publicação do Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004. Ele se desenvolve a partir de tópicos relacionados a temas como o trabalho, saúde, educação, cultura, segurança, e questões sociais, com o objetivo de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p.11).

Outra conquista significativa para o movimento LGBT foi a criação da Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, pelo Ministério da Saúde, que instituía no âmbito do Sistema Único Saúde (SUS), o *Processo Transsexualizador*, que por vez foi revogada por meio da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 que “redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)”. É uma política que engloba cirurgia, assistência e cuidados com os transexuais. Recentemente o movimento também alcançou pelo Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 o reconhecimento do nome social e da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, autárquica e funcional.

Conforme Mello *et al.* (2012, p. 155), “a segunda Conferência Nacional LGBT, realizada em dezembro de 2011, foi um bom termômetro para constatar mudanças no cenário da luta por direitos para a população LGBT no Brasil”. Visto o agravamento da homofobia, e ainda pela resistência do Estado em relação aos direitos sexuais, as palavras de ordem prevaletentes “foram pela efetiva garantia da laicidade do Estado, da integridade física e dos direitos civis da população LGBT”.

Todas essas frentes de luta mostram a variedade de questões e demandas no universo LGBT, e a persistência do movimento em buscar o reconhecimento para assegurar direitos civis fundamentais, tão difíceis de serem alcançados. Para Simões e Facchini (2009), boa parte desses esforços tem sido orientada para o alcance do princípio da igualdade, denunciando injustiças baseadas nas diferenciações de orientação sexual e identidade de gênero.

Porém, o que se vê ainda hoje é uma poderosa resistência conservadora, que se encontra principalmente na rígida concepção de família, saúde e moralidade. São discursos marcados pelo objetivo de manter tudo como está sem aceitar nenhuma perspectiva de mudança.

Segundo Pinheiro (2015, p. 196), “o cenário contemporâneo revela forte crescimento das expressões públicas de posicionamentos conservadores em contraposição a históricas bandeiras de lutas dos direitos humanos”, sendo reproduzido em grande escala por grupos religiosos, um dos principais agentes responsáveis pela reprodução cultural das desigualdades, que se consubstancia no cotidiano dos sujeitos e em questões políticas de supressão de direitos.

Exemplo desse conservadorismo são as reações imediatas que se materializam através de articulações promovidas pela Frente Parlamentar Evangélica, a qual os integrantes passaram a atacar a iniciativa do Ministério da Educação (MEC) de apoiar o *Projeto Escola sem Homofobia* - que previa a distribuição de “kits anti-homofobia” nas escolas públicas de ensino médio, com o argumento de que o material seria um estímulo a práticas homossexuais entre crianças e adolescentes (MELLO *et al.*, 2012). Uma afirmação que só reforça e dá continuidade ao discurso religioso homofóbico, cada vez mais em ascensão no país. Assim sendo, “a lógica machista, patriarcal e heterossexista ganha fôlego nos dogmas e doutrinas em seus vieses fundamentalistas” (PINHEIRO, 2015, p. 198).

Diante disso, as conquistas que o movimento tem alcançado, são constantemente ameaçadas por falta de políticas públicas eficazes que façam frente às disparidades resultantes da desigualdade social brasileira. Ainda que o contexto pareça de um Estado aberto ao diálogo em relação às demandas não só do movimento LGBT, mas dos movimentos sociais como um todo, um dos riscos dessa relação é justamente o *clientelismo*, já que por vezes o governo passa a ser o principal financiador dos grupos que integram os movimentos sociais, e em contrapartida esperam que os movimentos realizem as ações e projetos que deveriam ser realizadas por órgãos governamentais específicos.

Ao ocupar o lugar do Estado na gestão da coisa pública, tais grupos podem perder sua autonomia para realizar o controle social e o monitoramento das ações governamentais, atribuição central no processo de construção de políticas públicas democráticas (MELLO *et al.*, 2012, p. 154).

Em decorrência disso, o que se encontra é a dificuldade de mobilização massiva do movimento em ações coletivas que visem a aprovação de projetos de lei e até mesmo na pressão ao poder Executivo para a efetiva implantação de ações que combatam a homofobia. São ações e projetos que ficam marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais do próprio movimento.

Assim, “as identidades que compõem o movimento têm caminhado progressivamente para a construção de suas próprias demandas e agendas” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 158). A fragmentação identitária tem sido, portanto outra característica do movimento LGBT brasileiro. Isso acaba tornando mais difícil uma articulação entre os diversos grupos que compõem o movimento LGBT brasileiro, com demandas específicas para cada segmento, e não em uma luta comum que englobe toda a categoria.

É necessário, portanto, que haja o diálogo com outros setores combativos das lutas sociais. Deve haver uma aliança entre os vários grupos oprimidos, inclusive a classe operária, para que assim a luta LGBT torne-se uma luta comum aos vários grupos que contestam a ordem social vigente, assim como fica evidente a necessidade de o movimento LGBT adotar as lutas de outros setores oprimidos.

Cabe sinalizar que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais jamais conseguirão por si sós assegurar seu pleno acesso à cidadania e aos direitos humanos. O desafio maior parece ser construir uma aliança com os setores não conservadores da sociedade, particularmente outros movimentos sociais, a fim de garantir liberdade sexual e de gênero para quem não corresponde aos supostos padrões heterossexuais (MELLO *et al.*, 2014, p. 158).

Um dos diversos desafios que o movimento LGBT enfrenta é a ausência ou o número reduzido de parlamentares lésbicas, gays, travestis e transexuais no âmbito do Legislativo, em câmaras municipais, em assembleias estaduais, no Congresso Nacional. Vale destacar aqui que o primeiro homem gay e comprometido com a questão LGBT a ocupar este espaço, foi o deputado Jean Willys do PSOL, eleito para a Câmara dos Deputados apenas em 2010. Daí a importância de sujeitos políticos – independente de serem ativos ou não no movimento de pautarem as lutas dos segmentos LGBT, fazendo com que as demandas sejam assumidas por todos.

É um desafio ainda a luta por ações políticas concretas, como aprovação de projetos de lei, a eleição de parlamentares verdadeiramente comprometidos com

questões LGBT, e a implementação de políticas públicas efetivas de combate a homofobia em áreas prioritárias como a educação, saúde e segurança.

Mas, não se pode negar que o movimento LGBT brasileiro alcançou importantes conquistas nos últimos anos. Considerando que até certo tempo atrás eram vistas como pessoas “inexistentes, moralmente poluídas ou sem valor social, invisibilizadas” (MELLO *et al.*, 2014, p. 158). Não possuíam representantes políticos dispostos a lutar pela legitimidade da relação entre pessoas do mesmo sexo, da união conjugal que não se conformava ao padrão homem-mulher, e das questões de gênero que refutavam as possibilidades de existência humana.

No entanto, apesar da forte presença hoje do debate sobre os direitos civis LGBT, a homofobia fundamentada em argumentos religiosos e machistas assume um viés cada vez mais intolerante, preconceituoso e violento. Cabe então ao movimento LGBT juntamente com o Estado e a sociedade civil em geral, empenhar-se para que a homossexualidade, a travestilidade, e a transexualidade sejam excluídas da lista de abominações sociais, que são motivo de intolerância disseminada por práticas e discursos religiosos e machistas que apontam o feminino como inferior e a homossexualidade como anormalidade e doença. Esse é então um desafio a ser enfrentado por todos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das exposições e reflexões crítico analíticas realizadas neste trabalho, pôde-se perceber que os movimentos sociais desde o seu surgimento vêm enfrentando dificuldades para efetivar suas reivindicações, o que se intensifica ainda mais no contexto atual de reestruturação produtiva do projeto neoliberal, em que há o descenso das lutas sociais e os movimentos passam a agir na defensiva.

O movimento LGBT encontra maiores barreiras, pois ao não se enquadrarem nos padrões heteronormativos estabelecidos pela sociedade, são oprimidos e impedidos de expressar sua sexualidade da forma como desejam. Uma sociedade marcada pelo machismo, racismo e exploração, que define espaços e comportamentos para homens e mulheres e que invisibilizam aqueles sujeitos que transcendem a “normalidade” estabelecida socialmente.

Os sujeitos que militam no movimento possuem um senso de identidade. Vêm no outro as marcas do preconceito e da opressão vividos diariamente, da marginalização através da moral cristã da Igreja, que vê a homossexualidade como pecado; na repressão da família, que estabelece namoro, casamento e filhos como exigência; e até mesmo na ausência da educação sexual nas escolas.

Os desafios impostos no seu processo de constituição foram imensos, e ainda continuam, é certo que de forma menos intensificada, mas estão longe de acabarem. Os grupos e associações enfrentam barreiras pela pressão do Estado e seus segmentos conservadores, mas não deixam de lutar por uma sociedade que lhes garanta direitos sociais e civis.

Apesar de todos os conflitos no processo político cotidiano, são travados debates importantes dentro do movimento. Este conquistou também representação em espaços da vida política, possibilitando uma série de mudanças no âmbito legislativo. Com a criação de Projetos de Lei que criminalizam a homofobia e que possibilitam a união civil entre casais homossexuais, além de políticas públicas voltadas para a população LGBT.

É notório afirmar que o seu fortalecimento se dá através dos encontros, dos congressos e conferências realizados que buscam discutir questões de cunho importante para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Há uma persistência do movimento em buscar o reconhecimento e assegurar direitos civis fundamentais, podendo até mesmo dizer que sua luta não é somente em

buscar novos direitos, mas manter aqueles já conquistados, diante da grande onda conservadora que se encontra principalmente nas concepções de família e moralidade.

O movimento possui suas lutas afetadas, pois se encontra cada vez mais fragmentado, com dificuldades para se articular, visto que se depara com a divisão de seus segmentos que buscam interesses particulares. É importante que essas lutas se aglutinem, juntamente com a luta dos trabalhadores, dos estudantes, das mulheres etc., e com os partidos políticos - apesar de todo o desapontamento com os partidos de esquerda, como o PT, visto como esperança de mudança para a classe trabalhadora, que parece ter esquecido seu verdadeiro propósito, e se aliado aos partidos burgueses, dando continuidade à ofensiva neoliberal. Tratando as pressões dos movimentos sociais com apassivamento, colocando diversos desafios para a articulação e a materialização de suas bandeiras de luta.

É certo que o fim de uma sociedade livre da exploração e da opressão de todos aqueles que não se encaixam na sociedade, é uma missão quase impossível, visto que esta se fundamenta e se perpetua através do preconceito e da homofobia.

O que resta, não só para o movimento LGBT, mas para todos os movimentos sociais brasileiros é, por mais difícil que seja, continuar na luta cotidiana. E buscar o debate com outros setores que também almejam uma sociedade livre de qualquer tipo de preconceito, exploração e opressão social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). **Estatuto Social**. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/part/estatuto.php>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Associação da Parada do Orgulho LGBT em São Paulo (PARADASP). **20ª Parada do Orgulho LGBT reúne cerca de 3 milhões de pessoas em São Paulo**. Disponível em: <http://paradasp.org.br/20a-parada-do-orgulho-lgbt-reune-cerca-de-3-milhoes-de-pessoas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; et al. Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. In: **Perspectivas Feministas de Gênero: Desafio no Campo da Militância e das Práticas**. 18º REDOR, 24-27 nov. 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Elaine Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 70-85.

_____, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e historia**. 9. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2011.

BISPO, Priscila. Questão social, políticas sociais e serviço social no capitalismo monopolista. In: **IV Jornada internacional de políticas públicas**, São Luiz – MA, p.1-10, 25-28 ago. 2009.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). 2012.

_____. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em: 08 ago. 2017.

_____. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 08 ago. 2017.

_____. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006.** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para definir e punir os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/PLC122.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

_____. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013.** Que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalDestaque&idConteudo=238515>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Resolução CFESS nº 489/2006, de 03 de junho de 2006.** Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Disponível em: www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4892006.pdf. Acesso em: 06 set. 2017.

_____. **Resolução CFESS nº 615, de 8 de setembro de 2011.** Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf. Acesso em: 06 set. 2017.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **O amor fala todas as línguas.** Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>. Acesso em: 06 set. 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.** 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____, Mirla. Gênero e Patriarcado: uma relação necessária para o feminismo. In: QUEIROZ, Fernanda; RUSSO, Gláucia; GULGEL, Telma. (Org.). **Políticas Sociais, Serviço Social e Gênero: múltiplos saberes.** Mossoró – RN: Edições UERN, 2012. p. 147-165.

_____, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 153-173.

_____, Mirla. Ser, desejar e sentir “diferente”: mais que um direito, uma condição humana. In: **Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Consulta Popular. II Caderno de Debates,** 2012. p. 4-9.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; HAMDAN, Karima Omar. Os “Novos Movimentos Sociais”: uma análise crítica em torno desta temática. In: **I Congresso Internacional**

de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. Londrina – PR. 09-12 jun. 2015.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 173-178.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; et al. **Estado, classe e movimento social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-194.

_____, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 83-94, jul./dez. 2008.

_____, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2009.

ENGELS, Friedrich. A origem da Família, da propriedade privada e do Estado. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** Vol. 3. São Paulo: Editora Alfa Omega.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, Rio Grande do Norte, n. 04, p. 131-158, 2009.

FALQUET, Jules. “Lesbianismo”. In: HIRATA, Helena. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: UNESP, 2009.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n.17, p. 19-48, jun. 1989.

GUAZZELLI, Amanda; ADRIANO, Ana Lúcia. Cotidiano, Serviço Social e sua dimensão ideopolítica: perspectivas de ação. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 214-229.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos e lutas sociais na realidade brasileira. **Revista Debate e Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 18-37, 2011.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **Interfacehs: Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 2, n. 4, p.1-29, tradução, ago. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

_____, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). **Carta de princípios**. Disponível em: <https://lblnacional.wordpress.com/carta-de-principios/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Liga Operária. **Movimento Sindical no Brasil**: Balanço histórico. Disponível em: <http://www.ligaoperaria.org.br/documentos/congresso2-1.htm>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. Sobre os partidos políticos no Brasil de hoje: um enfoque a partir da classe trabalhadora e seus movimentos. In: SOUZA BRAVO, Maria Inês; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. (Orgs.). **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 152-171.

MELLO, Luiz; et al. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, jan./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 141-160.

_____, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. São Paulo: Sundermann, 2007. Coleção 10-4.

OLIVEIRA, Mariana. Ensaio sobre x sujeito da revolução sexual. In: **Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Consulta Popular**. II Caderno de Debates. 2012. p.14-18.

PINHEIRO, Paulo Wesceley Maia. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, a. 15, n. 29, p. 195-220, jan./jun. 2015.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira; GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Diversidade sexual e luta política: questões e desafios para a esquerda. In: **Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Consulta Popular**. II Caderno de Debates, 2012. p. 19-23.

SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **O Pensamento da Esquerda e a Política de Identidade**: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual. 2005. 345 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. Coleção História do Povo Brasileiro.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: **Cadernos Pagu** – Núcleo de estudos de gênero, São Paulo, n. 24, p. 127-152, jan./jul. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Terceiro setor e despolitização. **Revista Inscrita (CFESS)**, Brasília, n. 6, p. 13-18, jul. 2000.